

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Nota do PCP

Os incidentes do Rossio

1

Logo após o motim dos pides-DGS na Penitenciária e das cargas contra o povo que, alarmado, se juntara, repetem-se, em Lisboa, actos de violência que aproveitam directamente a reacção.

O PCP protesta, vigorosamente, contra a repressão exercida por elementos da PSP, de que resultaram um morto e vários feridos.

Essas acções policiais não expressam a política do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas, cujo prestígio e autoridade atingem gravemente, e devem ser condenadas sem equívocos por todos aqueles que estão pela democracia e pela paz.

2

Ao mesmo tempo que condena tais actos repressivos, o PCP insiste em que a exaltação esquerdista e as violações da ordem democrática fazem o jogo da reacção. O PCP condena as acções provocatórias de fascistas e de esquerdistas contra as Forças Armadas e militarizadas.

O PCP que luta hoje, como sempre incansavelmente lutou contra a guerra colonial, que apoia, como sempre activamente apoiou, a luta de libertação dos povos submetidos ao colonialismo e os seus partidos revolucionários, designadamente o povo de Angola e o MPLA, não pode deixar de salientar que a manifestação do dia 14 não aproveitou nem ao povo português nem ao povo angolano. Também este ensinamento deve ser aproveitado.

3

É de salientar a contradição entre os actos de violência praticados diante da Penitenciária e no Rossio e as negligências de certas autoridades no patrulhamento de ruas e localidades para segurança das populações e no regulamento do trânsito e as recusas ou indiferença ante pedidos de intervenção feitos pelo Povo.

Os factos mostram que persiste um problema de fundo que é imperioso e urgente resolver.

4

O PCP sublinha que não é justo identificar as forças militarizadas no seu conjunto com os responsáveis pelos actos de repressão violenta. Não se deve deixar criar um clima de excitação que se dirija indiscriminadamente contra todos os membros dessas forças.

Impõe-se, por um lado, tomar severas medidas contra os responsáveis de tais actos repressivos. Impõem-se, por outro lado, novas medidas de saneamento.

5

Os acontecimentos dos últimos dias inserem-se numa situação caracterizada por uma intensiva actividade da reacção com vistas a dificultar o processo de democratização, do estabelecimento da paz e da independência dos povos submetidos ao colonialismo português.

A criação de um clima de insegurança e de conflitos nas ruas é fomentada pela reacção e pelos esquerdistas pseudo-revolucionários conjugados no mesmo objectivo de provocar o descontentamento contra o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas.

As tentativas para promover distúrbios e a brutalidade na repressão constituem aspectos complementares que só podem servir os inimigos da democracia e da paz.

6

Para impedir a degradação política é indispensável:

a) Abrir imediato inquérito para o apuramento de responsabilidades à acção repressiva de forças da PSP diante da Penitenciária no dia 12 e no Rossio no dia 14;

b) Tomar medidas mais profundas de saneamento em todo o aparelho de Estado, designadamente novas «medidas para a reorganização e saneamento das forças militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.)», conforme dispõe o Programa do Movimento das Forças Armadas.

15-8-974

A COMISSÃO POLITICA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

REFORÇAR A UNIDADE NA ACÇÃO CONCRETA

HA quem considere a unidade com o PCP na base de uma discussão sistemática e aprofundada sobre a construção de uma verdadeira democracia ou sobre a forma de edificar o socialismo em Portugal.

Outros imaginam que a unidade com o PCP se pode construir na base da renúncia a princípios fundamentais que têm servido de alicerce aos êxitos da nossa luta e asseguram a continuidade da nossa acção como Partido da classe operária.

Acusam-nos de escondermos os nossos objectivos essenciais, sacrificando os princípios ideológicos a conceitos táticos, a troco de sucessos imediatos ou de praticarmos uma política unitária que não se baseia exclusivamente em acordos bilaterais ou plurilaterais com os

partidos antifascistas, mas em estruturas ultrapassadas pela actual situação política.

O PCP tem uma concepção realista da unidade

O PCP não tem uma concepção abstracta da unidade

GUINÉ-BISSAU

NOVO ESTADO QUE SE AFIRMA NA VIDA INTERNACIONAL

Na última semana novos passos, da maior importância, foram dados, para a afirmação no plano internacional da República da Guiné-Bissau.

No dia 12 o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade uma resolução recomendando à Assembleia Geral a admissão da República da Guiné-Bissau como 138.º Estado membro das Nações Unidas.

Entretanto, os 9 membros da Comunidade Europeia anunciaram a sua decisão de reconhecer o Governo da Guiné-Bissau, o mesmo fazendo o Canadá e outros países ocidentais que ainda não tinham reconhecido o novo Estado. Grande significado teve também, no plano internacional, a entrega de credenciais, em Caimbur, no interior da Guiné-Bissau, feita pelos embaixadores do Senegal, Mauritânia e Gâmbia ao presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral.

Elemento da maior importância, no plano internacional, esta semana, para a confirmação da posição internacional ganha pela República da Guiné-Bissau, foi a nova atitude tomada por Portugal na ONU.

Numa declaração lida perante o Conselho de Segurança o Governo Português anunciou para data próxima o seu reconhecimento «de jure» da República da Guiné-Bissau e reiterou o pedido feito a todos os países, de acordo com o PAIGC, no sentido de procederem ao imediato reconhecimento do novo Estado e à sua admissão na ONU. O Governo Provisório Português anunciou também a sua intenção de retirar os efectivos militares do território da República da Guiné-Bissau e de estabelecer e desenvolver relações de cooperação activa com a República da Guiné-Bissau nos domínios económico, financeiro, cultural, técnico e outros, numa base de independência,

respeito mútuo, igualdade e reciprocidade de interesses.

Esta atitude do Governo Português perante a ONU enquadra-se já na realização prática da Declaração sobre o reconhecimento do direito à independência.

Com a transformação em realidade desse direito, uma nova era de cooperação e amizade se poderá abrir com os novos Estados libertados do colonialismo português. Da forma como foram desde já aplicados tais princípios em relação à República da Guiné-Bissau muito dependerá para que, mais rapidamente, sejam superadas as dificuldades que ainda se levantam no processo de libertação total de Angola, Moçambique e das outras colónias portuguesas.

Nos novos passos práticos que se torna necessário dar para levar à prática o direito à independência, dois aspectos se afirmam agora como de grande importância, como o demonstram os últimos acontecimentos.

O primeiro — é a necessidade de agir com o acordo e cooperação dos Movimentos de Libertação que legitimamente representam os povos dos novos Estados em formação. O segundo — é a importância de desenvolver, através de iniciativas concretas, a cooperação de Portugal com a ONU, com a OUA e com todas as forças anticolonialistas, anti-imperialistas e anti-racistas.

de. Tem uma linha de acção objectiva que se baseia na análise da realidade social. É essa análise que fundamenta os nossos sucessos e nos permite encontrar a plataforma de entendimento com as outras forças políticas antifascistas e patrióticas.

O mais sólido elo de ligação com essas forças não resulta das discussões abstractas sobre a construção de uma verdadeira democracia ou da pluralidade de partidos para a construção do socialismo, mas dos problemas concretos e imediatos, que as exigências da luta colocam às forças e aos partidos políticos responsáveis.

Neste terreno foi possível construir a unidade que levou ao derrubamento do fascismo. É neste domínio que continuamos a agir para assegurar a continuidade ao processo democrático em curso.

Não temos um esquema para a unidade. Mas temos uma bússola ideológica que nos orienta na complexidade da vida política nacional. Essa bússola é o marxismo-leninismo, que «não é um

dogma mas um guia para a acção».

A unidade na base de conversações e contactos bilaterais entre partidos juntos a unidade em estruturas legais em que se não coloca a questão de representatividade partidária. Pensamos que umas e outras são válidas e necessárias, porque se completam e se ampliam a outros sectores que se não integram em formações de partido.

A unidade que defendemos e praticamos não se faz na base de renúncias a princípios ideológicos da nossa parte e muito menos de exigências às forças políticas com as quais nos coligamos para que abandonem a sua linha de acção.

Faz-se na base de uma plataforma comum, como o demonstra a actual coligação governamental e a acção política conjunta que realizamos.

«Consideramos de grande importância a unidade com os outros partidos e forças políticas da coligação — escreveu o camarada Alvaro

Cunhal na entrevista publicada no último número do «Avante!». — Temos relações particularmente amistosas com o Partido Socialista e o MDP, cuja importância na vida política e cuja representatividade de importantes sectores democráticos não pode ser posta em dúvida.»

Vivemos uma hora particular da vida nacional, que se seguiu ao derrubamento do fascismo. Hora de grandes perspectivas, mas também de reconhecidas manobras do inimigo e de perigos para as conquistas alcançadas. Temos tarefas comuns a realizar, tarefas históricas das quais resultam o ou triunfo definitivo da causa democrática no nosso país ou a recondução de Portugal a um tenebroso período de domínio das forças reacçãoárias.

O povo português já evidenciou, de maneira eloquente, que não quer regressar ao passado. O mesmo podemos dizer das forças antifascistas. A unidade é a garantia dos nossos êxitos de hoje e de

CONT. NA PÁG. 5

PORTO, ANO UM

No período, que os portugueses, vivem é difícil referir qual a questão que mais obsorve — ou devia obsorver — a nossa atenção. Se são os grandes problemas nacionais ou as decisões que vêm sendo tomadas pelo Governo Provisório os pólos de interesse, há implicações regionais que tornam saliente um ou outro aspecto das questões de todos.

A medida que o tempo decorre, a carta política do Norte vem sendo preenchida com comícios, sessões de esclarecimento e reuniões de vária ordem em que as populações entram em contacto com as grandes linhas de acção das forças políticas democráticas, participam na urgente tarefa de sanear as administrações, os fascistas ou seus serventúrios, empreendem passos decisivos no domínio da organização sindical, da associação dos trabalhadores da cidade e do campo — adquiriram-se, na prática, os direitos de cidadania meio século reprimidos.

Toda uma actividade aberta, um processo democrático de que ninguém se sente excluído, virado para os interesses essenciais e comuns a todos. Mas na sombra a reacção conspira e procura a desforra do 25 de Abril.

O fracasso da tentativa reacçãoária no 10 de Junho mostrou que eram nulas, e grifosas, as tentativas de enganar as massas populares — agora — como ontem.

Os fascistas concertam-se, fortes dos seus fortes apólos financeiros, e desmultiplicam os seus meios de acção. São as pressões económicas. É a campanha denegridora dos comunistas e outras forças democráticas. É a proliferação das psiquins regionais tão medíocres como venenosos. É a utilização, ainda, dos mesmos processos de intimidação e propagação do medo do futuro.

Porém deve salientar-se um dos meios eficazes de que a reacção dispõe e esse lhe é concedido de bandeja: os postos de que continuam a dispor no aparelho administrativo. «Como veem, cá continuam: isto não mudou tanto como vocês julgam», é um argumento que utilizam e se não deve subestimar, pois faz retrair as massas em vastas regiões mais atrasadas no plano social e económico.

Aqui, como foi o caso em Murça, um nababo compra uma manifestação de apoio e correspondente cobertura jornalística. Ali, veja-se o que se passou em Marco de Canaveses, imediate às reuniões e comícios democráticos. Noutro local, perto de Guimarães, os democratas vão encontrar a escola primária «engalanada» com retratos do Marcelo e do Tomás!

O efeito deseducativo é evidente. Muitos portugueses que viram as suas perspectivas largas e abertas, sentem-se desencorajados numa tarefa que é bem difícil. Os reacçãoários e os fascistas assumem progressivamente maior arrogância. Enfraquecem-se os meios de manter a nova ordem democrática e educar em novo espírito os que têm essa tarefa.

Que não se subestime o saneamento da administração local. O perigo para a democratização vem da direita. Urge amputá-la radicalmente de todos os meios de que dispõe para conspirar para o regresso do fascismo que o povo repudiou.

Trabalhem para enterrar na História os ódios e as desconfianças gerados pela exploração colonial

O reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o apoio ao seu pedido de admissão na ONU consagraram esta semana, no plano internacional, a histórica declaração sobre o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

O processo da independência está, pois, em marcha. Mas o seu avanço é ainda irregular, complexo, acidentado.

O que se tem passado em Angola e Moçambique demonstra bem que será necessário firmeza, serenidade e determinação para transformar em realidade os direitos finalmente reconhecidos, cortando cerce todas as manobras que elementos fascistas e colonialistas pretendam lançar para criar em África um clima de ódio racial, com o objectivo de enterrar o processo de libertação.

FAZER FRENTE AOS CRIMES COLONIALISTAS é a tarefa mais urgente.

Algumas medidas foram já tomadas pelas Forças Armadas para impedir a confrontação racial que reacçãoários brancos desejariam provocar em ampla escala, tanto em Angola como em Moçambique. Apesar disso os motins colonialistas de An-

gola causaram numerosas vítimas, que ensombram as manifestações de regozijo feitas para celebrar a declaração do direito à independência. O objectivo dos organizadores dessas provocações, bem como das manifestações de Luanda contra as Forças Armadas, estão à vista. Eles querem, mesmo ao preço de numerosas vítimas, sabotar o processo da independência em marcha. É necessário neutralizá-los, reduzi-los rapidamente à impotência. Todas as medidas tomadas nesse sentido terão o firme apoio do povo português.

AGIR NUMA AMPLA FRENTE CONTRA O COLONIALISMO E A GUERRA é uma possibilidade que ganhou novas perspectivas após a declaração sobre o direito à independência. Mesmo depois do 25 de Abril, como se sabe, o problema colonial era um dos pontos em que se manifestavam maiores divergências entre as forças empenhadas no processo de democratização em Portugal. O reconheci-

mento do direito à independência e a garantia da transferência de poderes como objectivo da política do Governo português criaram condições para uma maior aproximação entre as forças coligadas, não só no plano geral, como no próprio desenvolvimento do processo de «descolonização».

Estreitar mais ainda essa cooperação poderá contribuir em grande medida para que sejam mais rápidas e menos difíceis as fases que ainda resta percorrer para a efectiva aplicação prática do direito à independência e para a resolução definitiva do problema colonial.

HA MUITAS FERIDAS A SARAR, MUITAS CICATRIZES A APAGAR nas relações entre Portugal e os povos que têm estado submetidos ao colonialismo português. Os passos agora dados para a efectiva libertação desses povos tornam, porém, possível começar a enterrar na História os ódios e desconfianças gerados pela exploração e opressão coloniais. Todos os esforços devem ser mobilizados para que o povo português, nas formas adequadas à nova situação, intensifique a solidariedade activa para com os povos irmãos da Guiné e Cabo Verde, de Moçambique e de

Angola, assim como das outras colónias portuguesas.

REFORÇAR OS LAÇOS DE AMIZADE é uma necessidade que as novas tarefas colocam perante os povos de Portugal e dos países que estiveram submetidos ao colonialismo português. Os sentimentos de fraternidade criados na luta contra o inimigo comum ajudarão a que, com a libertação efectiva, se abra uma nova época nas relações mútuas, com largas possibilidades de cooperação em todos os domínios, na base do respeito dos interesses de povos livres e iguais.

CONQUISTADA COM O PLENO ACORDO DO POVO PORTUGUÊS, a independência da Guiné-Bissau representa um acontecimento histórico para a nossa Pátria.

Estamos certos de que — apesar da complexidade das tarefas que ainda é necessário enfrentar, apesar das dificuldades a vencer, apesar das ofensivas do colonialismo — está próximo o dia em que poderemos vitoriar também a independência de Angola e de Moçambique, lado a lado com os povos irmãos que conosco lutaram contra a ditadura fascista e colonialista, cuja opressão pesou sobre nós durante meio século.

Os emigrantes portugueses apoiam a democracia



O grande comício do passado domingo no Estádio 1.º de Maio foi um testemunho vibrante da adesão dos emigrantes portugueses ao processo de democratização no nosso País. Na foto: Sérgio Vilarigues pronunciando o seu discurso (REPORTAGEM NA PÁG. 7)

CONSILIU: 33 TRABALHADORES DEFENDEM O DIREITO AO TRABALHO

CONSILIU: uma pequena empresa com grandes problemas. Uma pequena empresa onde 33 trabalhadores, à semelhança do que tem vindo a acontecer com muitos outros nas últimas semanas, estão a ser vítimas da arbitrariedade patronal, mas, estão também, seguros da sua razão e da sua unidade.

O «Avante!» falou com os trabalhadores da Consilium.

Tendo chegado até nós a notícia de que algo de anormal se estava a passar com os trabalhadores desta pequena empresa de cosméticos situada em Carcave-

tin, a Barbante, Perestelo e C.ª, Pantera-Cosméticos, Novomilpão, Beiponte, Cosmética Lusitana e outras. O grupo, é o grupo João Perestelo-Maria Jorge.

— E, pelos vossos próprios meios, tomaram também alguma iniciativa?

— Sim, também procuramos resolver o problema por outros meios. Como, na carta de despedimento, o patrão dizia que só nos pagava até ao dia 8 de Julho e, que daí em diante nada tinha a ver conosco, decidimos vender alguns produtos que estavam prontos. No dia seguinte os patrões mandaram encerrar a empresa e puseram-nos na rua. Isto foi no dia 28 de Julho. Acatamos os ordens das autoridades, mas continuamos a vir todos os dias aqui, para o prédio, cumprindo o horário de trabalho. Como já disse, não aceitamos o despedimento.

Antes de irmos embora, a encarregada, Idalina Gaspar, reteve o caso numa colega que está a receber diariamente, em sua casa, telefonemas de ameaça.

«Estamos também com receio de que venham cá retirar as máquinas e as matérias-primas», confessam-nos outra operária que participa na conversa.

«Olhe, sabe o que é fundamental, é continuarmos todos unidos como temos estado até aqui».

Já depois desta nossa reportagem recebemos na redacção um comunicado dos trabalhadores da Consilium onde vem expresso claramente aquilo que eles pretendem:

- a) Uma Administração que garanta o bom nome da Consilium;
- b) Direito ao trabalho dentro da empresa e não em qualquer outra firma do grupo a qual ela pertence;
- c) Uma Administração sem interferências de outrem, acionistas ou não, salvo nos termos permitidos por lei;
- d) Concessão dos direitos que a lei determina para os trabalhadores e que até agora nem sempre têm sido verificados.



los, o «Avante!» foi, a semana passada, ouvir de viva voz os trabalhadores da Consilium.

Eram quase 6 horas da tarde quando chegámos aos portões da fábrica. No pátio, sentadas à sombra dos muros da empresa, abrigadas do calor, as operárias (são elas a maioria dos trabalhadores) conversavam, umas, liam outras... Ao expormos as razões que ali nos levavam, uma conversa animada se travou imediatamente, sem qualquer constrangimento, em que a nota dominante foi dada pela firme determinação das trabalhadoras de defenderem um direito fundamental — o direito ao trabalho.

«Somos 33 trabalhadoras e trabalhadoras. Dia 9 de Julho os patrões anunciaram que iam encerrar a fábrica, começando ao mesmo tempo a sangrar a firma para outras pertencentes ao mesmo grupo. Ao darmos conta do que se passava, rapidamente nos organizamos. Constituímos uma Comissão de Trabalhadoras. Começamos a movimentar-nos nos vários sindicatos: químicos, metalúrgicos, escrivães, caixeiros, construção civil, etc., junto dos Ministérios do Trabalho e da Coordenação Económica e junto das Forças Armadas, a quem apresentámos também o nosso caderno reivindicativo. Isto, diz-nos Cesaltina Orvalho, membro da Comissão de Trabalhadoras.

Recuando no tempo, para contar ao «Avante!» o desenrolar dos acontecimentos, Cesaltina Orvalho disse ainda:

«Recebemos, 28 dos trabalhadoras, uma carta de despedimento, em termos ofensivos e injuriosos, atentatórios da nossa dignidade. Nela se dizia, entre várias coisas, que havíamos ocupado as instalações, onde nos dedicávamos a «bancadas», onde alguns se embriagavam, trazendo para cá, pessoas estranhas... Como vê, uma falsa «justa causa» para, no caso de cedermos e aceitarmos o despedimento, não termos direito a indemnizações.

O patrão diz que vai despedir apenas 11 trabalhadoras e que os restantes continuam ao serviço da firma. Entre os que se propõe despedir figuram trabalhadoras dos mais responsáveis e competentes. Nós continuamos na nossa posição. Ela é justa. A razão está do nosso lado e queremos apenas uma coisa — trabalhar. Não levantamos reivindicações salariais nem quaisquer outras.»

Arbitrariedades que vêm de longe...

Ao nosso lado, Maria Fernanda de Matos Moreira, outra operária, diz-nos das suas razões:

«Trabalho na firma há 16 anos. Dia 28 de Janeiro a encarregada comunicou-me que o patrão ia mandar um papéis para eu assinar, dando o meu consentimento a uma baixa de categoria. Eu era manufatureira, de 2.ª. Ora, como a minha colega que era manufatureira de 1.ª

me a receber esse dinheiro, alegando que tinha 15 anos de casa e fui ao Sindicato. Foi aí informada que tinha direito, pelo menos, a 80 contos de indemnização.

Casos como este, há mais na Consilium. Impossível referir-los todos.

Solidariedade não é uma palavra vã

— E, vem para aqui todos os dias? — perguntámos.

— Sim. A princípio, quando nos deram ordem de despedimento, mantínhamo-nos dentro da fábrica. Depois que o patrão nos pôs na rua e mandou encerrar tudo, ficamos cá fora, no pátio. Todos os dias chegamos às 8,30 e só nos vamos embora às 6 e meia da tarde. Cumprimos o nosso horário de trabalho.

— E, do ponto de vista económico, como resolvem os vossos problemas? Têm tido algum auxílio, recebido alguma solidariedade?

— Sim. Temos recebido bastantes provas de solidariedade dos trabalhadores das empresas vizinhas. Ainda na sexta-feira passada os nossos colegas da SIPE nos vieram entregar 10 contos. Recebemos também auxílio das colegas das empresas do mesmo grupo.

— Que empresas? Que grupo?

— Além da Consilium, a Mar-

COUÇO: PRIMEIRA CONVENÇÃO COLECTIVA PARA OS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Pela primeira vez na história do Couço — freguesia onde se desenvolveram grandes lutas e concentrações de operários agrícolas, pela melhoria das condições de vida da população camponesa — foi negociada uma convenção colectiva de trabalho, válida até 28 de Setembro, por onde se regularão as condições de trabalho da agricultura, representando uma melhoria geral do nível de vida dos operários agrícolas.

As cláusulas estabelecidas foram o horário de 44 horas, o ordenado semanal de 1140 escudos para os homens e 810 escudos para as mulheres todas as semanas, horas extraordinárias pagas com um aumento de 50 por cento sobre o salário-hora. O trabalho prestado nos domingos e feriados com aumentos de 100 por cento sobre o ordenado diário.

São abolidas as empreitadas e sempre que o local de

trabalho se situa a mais de 2 quilómetros da residência dos trabalhadores, o transporte será pago pelas entidades patronais. O contrato é válido até ao próximo dia 28 de Setembro. Não é permitido durante a vigência do contrato, às entidades patronais, contratar mão-de-obra doutas regiões, mas sempre que tenham de contratar trabalhadores fora da freguesia, comprometem-se a respeitar as cláusulas do contrato.

Esta «convenção colectiva do Couço», uma das primeiras iniciativas locais do Sindicato dos Operários Agrícolas, entusiasmou em especial os operários agrícolas de todo o concelho de Coruche, provocando uma adesão em massa ao Sindicato dos Operários Agrícolas. No contrato, além da fixação de determinadas condições de trabalho, procura defender-se a possibilidade de os trabalhadores do Couço terem sempre trabalho na sua própria terra, exigindo-se condições semelhantes para os operários agrícolas das outras freguesias que laborem no Couço.

As convenções colectivas agora negociadas são o «germen» dum grande Sindicato de Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, que abrange 300 000 trabalhadores em todo o Ribatejo.

UMA VITÓRIA DO POVO

A Junta de Freguesia de Afife ainda não foi sanada. Por isso, João Barrote, presidente da referida Junta, sente-se profundamente a vontade para cometer todas as arbitrariedades.

De coibência com um proprietário do Lugar das Tílias, retirou um bebedouro para gado existente na propriedade de dois caminhos e encostado ao muro da propriedade do dito «senhor».

Provavelmente, não conta com a prontidão e energia reacção popular. Formou-se imediatamente uma comissão de moradores do lugar que se dirigiu aos Serviços Municipais de Viana do Castelo, para onde o bebedouro tinha sido transportado, apresentando o protesto da população e exigindo o regresso ao local do bebedouro, indispensável à criação do gado.

Faça a determinação popular que, de modo algum se deixaria intimidar, o bebedouro voltou ao local, realizando-se então uma festa de «inauguração».

Foi vivamente criticada a atitude dos que pretendiam espolar o povo, sem que lhe fosse dada qualquer explicação. Um jovem comunista também proferiu algumas palavras, tendo terminado a sua intervenção com vivas às Forças Armadas e ao PCP.

Para além destes lucros, que só por si justificavam a continuação da fábrica, os trabalhadores tinham aceite o tacitamente a desistência das suas reivindicações, que o patrão considerava a razão do fecho da fábrica, ao mesmo tempo que o Governo concedia um empréstimo de 5 000 000\$00, com a garantia de ser reembolsado...

E, mais à frente.

Os trabalhadores da Applied Magnetics Portugal (AMP) apelam para a solidariedade de todos os trabalhadores e da população em geral para

atenuar os efeitos dramáticos desta atitude do administrador (os trabalhadores não receberam o mês de Julho, nem qualquer outro subsídio, encontrando-se em dificuldades para pagarem as rendas de casa no dia 8), ao mesmo tempo que exigem que o Governo tome medidas contra estas atitudes sabotadoras do imperialismo, nomeadamente, criando empregos para os trabalhadores despedidos.

A VITÓRIA DOS TRABALHADORES DA G.I.L. FRUTO DA SUA UNIÃO

PRECISAMENTE há uma semana, milhares e milhares de trabalhadores, operários e empregados da General Instrument Lusitana com sede na Quinta de S. João em Arruda dos Vinhos, festejavam a vitória alcançada após um mês de tensão e luta em que jamais se quebrou um elo da sua unidade.

É a essa unidade de esforços, de esperanças e de perseverança que se deve o êxito atingido.

Quase a totalidade dos 814 trabalhadores da GIL, na sua esmagadora maioria mulheres, através da sua comissão de trabalhadores, eleita democraticamente com o apoio firme do Governo Provisório, anulou, no seu local de trabalho, as manobras de despedimento massivo a que a indústria electrónica, na sua generalidade, tem amplamente recorrido após o 25 de Abril.

Relembrando este processo de luta, que constituiu um exemplo, com «Avante!» conversamos elementos da comissão de trabalhadores composta por seis homens e seis mulheres, eleitos livremente pelos seus camaradas de trabalho.

— Já anteriormente aos acontecimentos que nos levaram a esta luta, dez operários tinham recebido ordem de demissão, mas, perante a nossa forte reacção, houve um recuo momentâneo, pois a comissão apre-

sentou sugestões concretas para colocação desses trabalhadores em áreas que estavam a ser afectadas pela falta de mão-de-obra. Porém, a 5 de Julho fomos informados do despedimento de 173 trabalhadores, justificando-se a administração com a falta de encomendas e a falta de produção.

— Realmente, as encomendas a partir de determinada altura deixaram de aparecer — diz-nos um trabalhador — Mas como as encomendas são feitas através de uma sucursal da GIL na Inglaterra, onde cerca de 90 por cento da nossa produção é absorvida, nada nos diz que não se tratava de uma combinação para as encomendas serem canalizadas para outros países onde a GIL está instalada.

Efectivamente, a americana General Insulan Corporation, firma-mãe da GIL, a semelhança de outras multinacionais das indústrias electrónicas, estende os seus tentáculos a vários países: México, Malta, Formosa, Índia, Itália, onde a mão-de-obra barata constitui um forte atractivo à exploração destes potentados do capital.

— Não temos provas de que a situação mundial de produção influencie ou não o nível de encomendas para o nosso país, mas o certo é que só depois do 25 de Abril a crise energética mundial se começou a sentir aqui. Ora a crise energética começou em Novembro e nem por isso, no tempo do fascismo, estas indústrias mostraram ressentir-se.

Auxílio oficial e solidariedade dos trabalhadores

Faça à situação o Ministério do Trabalho autorizou a Caixa de Previdência a conceder a cada um dos trabalhadores da Applied a importância de 1650\$00, destinada a enfrentar as necessidades imediatas. Anteriormente, os trabalhadores, tinham instalado na cidade postos de recolha de fundos, a que a população correspondeu solidariamente.

Entretanto, está em curso uma campanha nas fábricas. Em muitos locais de trabalho esta campanha surgiu espontaneamente num caloroso exemplo de solidariedade. Temos notícia de que, entre muitos outros, procederam a entrega de fundos aos trabalhadores da Applied, camaradas da Automática Eléctrica, Standard Eléctrica, Vitrone ITT — Semicondutores, Autosil e Siemens.

MANOBRAS DO PATRONATO NA PÓVOA DE VARZIM

Na Algot Internacional, Confeções, Lda., na Póvoa de Varzim, a direcção da empresa está a desencadear manobras com o objectivo de intimidar e desintegrar a Comissão Sindical Operária e assim, neutralizar todo o trabalho reivindicativo em curso. Essas manobras podem resumir-se como segue:

— suborno, ameaças de despedimento e fiscalização rigorosa sobre os elementos da Comissão;

— boatos de toda a ordem que vão até ao do encerramento da fábrica;

— suborno a trabalhadores, sobretudo encarregados, traduzido em aumentos de rendimento muito superiores aos da média dos restantes trabalhadores e até ultrapassando, por vezes, o limite de 7500\$00/mensal;

— suborno e ameaças aos trabalhadores que tiveram uma acção mais destacada de apoio à Comissão Operária, denunciando por escrito ou verbalmente em reuniões gerais de trabalhadores da empresa falhas de flagrante injustiça e atitudes hostis aos trabalhadores;

— tentativas muito sérias de fazer baixar a produção e a qualidade da confecção, atribuindo depois as culpas à Comissão Operária e aos trabalhadores em geral;

— afastamento dos trabalhadores mais activos e especializados e que controlam a qualidade, dos seus postos de trabalho para lugares onde a acção fica enormemente limitada, só porque apolaram a Comissão desde o início da sua existência.

Como exemplo mais flagrante destas manobras, temos o caso do trabalhador Manuel Meira do Vale, em quem foram aplicados todos estes processos, desde o suborno à intimidação, perseguição dentro do trabalho e ataques directos nas reuniões da Comissão/Direcção. A todos estes processos reagiu este trabalhador com elevada espírito de camaradagem e solidariedade não só para com os restantes membros da Comissão como também para com todos os trabalhadores. Foi então que a Direcção da empresa foi ao cúmulo de mandar entregar na casa deste trabalhador durante o período de descanso de fim de semana uma Nota de Culpa forjada com a colaboração subversiva do contabilista da empresa, com o propósito claro de despedimento deste trabalhador.

A Comissão Sindical Operária atenta a todos os problemas que afligem os trabalhadores e tendo em conta que a Algot é uma empresa estrangeira a quem apenas interessa a exploração da mão-de-obra barata, tem energeticamente denunciado estas atitudes e exigido para elas a máxima atenção das autoridades responsáveis em ordem a que estes graves problemas sejam sanados, para que os trabalhadores da Algot tenham o ambiente de trabalho que merecem, vejam o seu esforço traduzido numa produção de que se orgulhem e não continuem a ter que obedecer e respeitar como chefes pessoas que, além de incompetentes, colaboram abertamente com a reacção.

meio-Ministro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, ao ministro da Coordenação Económica e ao ministro do Trabalho.

Paralelamente, os trabalhadores da GIL apresentavam ao conjunto da administração da empresa, incluindo um administrador vindo de Nova Iorque, um conjunto de «sugestões susceptíveis de rentabilidade de manobra a reduzir os custos de produção».

— Nós, o pessoal, a raia miúda, apresentámos, o administrador vindo da GIL reconheceu, propostas que não só provam que há trabalho para estes 173 colegas como abrem possibilidade de empregar mais mão-de-obra nesta região. Porque estas sugestões eram baseadas em dados concretos, a administração já revelou ao secretário da Indústria que ia investir mais 1 milhão de dólares.

— Não se pode calcular a alegria de todos nós quando soubemos pelo ministro do Trabalho que houvera um acordo com a administração pelo respeito ao nosso direito ao trabalho sem quaisquer restrições. O Governo Provisório, sobretudo através do Ministério da Coordenação Económica e do Ministério do Trabalho, apoiaram-nos por todos os meios.

— Nós, que não tivemos medo de fazer greve durante o fascismo, neste momento de tensão e incerteza, trabalhamos sempre e está à vista a nossa vitória — diz-nos uma operária — soubemos o resultado sexta-feira, dia do inventário, portanto não tínhamos que fazer. Fizemos logo cartazes e fomos para fora, rodeámos a fábrica em manifestação. A vila de Arruda, que fica a 1,5 quilómetros, até pensou que havia caído uma revolução, de tal modo festejámos. Nunca o «Avante!», camarada, avançou foi cantado com tanto entusiasmo e força.

A força da unidade

Este processo de luta revela-se tanto mais importante quando o enquadrámos no meio que se insere, ou seja, num ambiente de características marcadas rurais. Única empresa numa vasta área, empregando trabalhadores ainda há poucos anos vivendo da magra produção da sua courela. Em 814 trabalhadores vindos, muitos, diariamente de Alienquer, Vila Franca de Xira, Azambuja, Arruda, Ota, Alverca, Alhandra, Cabanas de Torres, Vialonga e Bucelas, contam-se mais de 600 mulheres. É curioso que a maioria oscila entre os 40 e os 55 anos de idade e é elevadíssimo o índice de analfabetismo.

Deparamos, pois, com uma população caracterizada, de hábitos enraizados, cuja consciência política se forma, cujo sentido da vida ganha novo primado.

— Estou nesta empresa há 4 anos — diz-nos uma operária de 45 anos. — Antes nunca tinha feito greve. Se trabalhar, trabalhar no campo, que é bem ruim. Greve é não trabalhar e eu só conhecia o trabalho. Quando as minhas colegas fizeram greve, no princípio deste ano, eu fiz também, até com medo. Não tinha outro remédio. Mas depois vi que beneficiar. Tem de ser toda senão não dá. E agora com esta vitória estamos muito contentes. Afinal juntas, somos mesmo fortes.

Esta consciência forjada na luta amplia-se a todos os níveis. E, para isso, contribuiu também a campanha de alfabetização que a nova direcção do Clube Desportivo da GIL, da qual fazem parte elementos da Comissão de Trabalhadores, vai encetar em Outubro. Informaram-nos de que existem já 100 inscrições para os cursos. Neles colaborará uma operária, que foi professora primária durante 18 anos, até que atingida por cegueira, sem qualquer auxílio do governo fascista, por seus próprios meios, frequentou um Centro de Reabilitação integrando-se no trabalho do sector electrónico.

Os trabalhadores da GIL continuarão, pois, a provar, na prática, que a unidade é a maior força a opor à exploração, constituindo, cada vez mais, uma sólida consciência de classe.

A passagem da «Volta»

Manifestação de agricultores do concelho de Vagos

O povo do Concelho de Vagos, nomeadamente em Lombozelo, Lameira, Quinta, Santo António, Santo André, Ponte de Vagos, Sôza, Boca e Vagos, manifestou-se contra o baixo preço por que lhe é pago o leite — 4520 o de melhor qualidade — na passagem da Volta a Portugal em bicicleta.

Um grande cartaz ocupava toda a estrada em que se lia: «O leite é sangue, suor e lágrimas — 5550 por litro». A manifestação foi apoiada pelos associados das Cooperativas de Vagos, ilhavo e Avelto que lançaram vários comunicados.

Números cartazes eram empunhados por cerca de 1 milhar de agricultores, contendo as reivindicações essenciais expressas por diferentes formas: «Al do País se não se resolve os problemas da lavratura», «Morram as Juntas, os Grémios, as Federações!», «Não temos férias, nem fins-de-semana», «Fora com os intermediários!», «Reforma Agrária para quando?», «Abaixo os parasitas da lavratura», «Quebrem a paz e justiça», «Assistência médica gratuita», «As vacas leiteiras solidárias — com os seus donos», «Duas únicas classes de leite: industrial e de consumo».

Estas reivindicações camponesas associavam-se a aspirações nacionais traduzidas nos cartazes «Viva o Governo Provisório!», «Viva o Movimento das Forças Armadas».

A «TERRA», órgão de unidade dos camponeses do Norte, esteve agora (como o havia estado nas grandes lutas camponesas da região nos últimos anos) entre os agricultores como elo de ligação entre as diferentes lutas.

Ao mesmo tempo que apuravam a «Volta» para projectar nacionalmente as suas reivindicações, os manifestantes quiseram mostrar que não hostilizavam os corretores e os adeptos da corrida. Assim, montaram uma meta volante a 200 metros da concentração, com prémios ao primeiro e último classificados. Para tanto foi feita uma colecta entre os camionistas e os manifestantes.

Com a estrada repleta de povo, começaram a chegar os primeiros corretores que se solidarizaram com os manifestantes, nomeadamente o «camisola amarela» (n.º 10) que afirmou não se sentir afectado, apesar de vir no grupo da frente.

Iniciada às 16 horas, a manifestação só se dispersou 3 horas depois no mesmo ambiente de unidade e entusiasmo.

Foi amplamente distribuído um manifesto assinado por «Agricultores produtores de leite do concelho de Vagos», protestando contra a falta de atenção quanto ao preço do leite quando é sabido que «da Beira Litoral vão diariamente 120 000 litros de leite para abastecer Lisboa e que esse leite é produzido por pessoas pobres e humildes que têm apenas uma ou duas vacas». E adiante: «É preciso que o País saiba que nós temos de tratar todos os dias dessas vacas e não temos direito a assistência médica, nem direito a reforma». Dirigindo-se à administração: «Nós somos solidários com o espírito do 25 de Abril e com o II Governo Provisório e não compreendemos como é que as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Precos se comprometem com esses latifundiários alentejanos e desprezam os pequenos agricultores produtores de leite».

E o manifesto terminava com estas palavras de ordem: «Companheiros agricultores de todo o País, os pequenos agricultores apelam para a vossa solidariedade. A Força do Trabalho será o futuro de Portugal. Abaixo todos os exploradores e parasitas. Viva a unidade entre todos os agricultores!»

ANGOLA
UM PAÍS FUTURO, UMA LITERATURA PRESENTE
leia
LUUANDA
e
NO ANTIGAMENTE, NA VIDA
de
Luandino Vieira

EDIÇÕES 70
Av. Duque de Aveiro, 69, r/c, 1.ª
Telef. 55 68 98/Lisboa-1

NOVIDADE
A ORIGEM DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
pelo Tenente-Coronel
LUIS ATAIDE BANAZOL
Esc. 35\$00
PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.ª — Lisboa

Uma grande concentração proletária

Um estaleiro naval dos maiores do mundo

Na secção de Planeamento, os trabalhadores estão quase encavalitados devido ao espaço acanhadíssimo do gabinete. Ocorre perguntar: Quem diabo planeou a secção de Planeamento?

DENUNCIADAS NA FIGUEIRA DA FOZ AS MANOBRAS DA REACÇÃO E DOS QUE OBJECTIVAMENTE A SERVEM

Três mil pessoas participaram no comício do Partido Comunista Português efectuado na Figueira da Foz, no passado dia 9, no pátio da Escola Industrial. A mesa foi constituída por operários das células comunistas das principais empresas da região, designadamente «Cabos Mondego», «Celbi», «Metalurgia da Fontela», «Vidreiros da Fontela» e «Estaleiros Naveais». Estiveram igualmente representados o Movimento da Juventude Trabalhadora, o Movimento Democrático das Mulheres, a União dos Estudantes Comunistas e o Partido Socialista. Além de membros da Comissão Concelhia do Partido, do CRB e da DORN, na mesa estiveram também, a conhecida militante democrata Cristina Torres, Presidência da camaráda Carlos Figueira, da Direcção da Organização Regional do Norte.

Durante as intervenções, os operários José Costa e Mário Gomes denunciaram a boicotagem económica levada a cabo pelo capital monopolista, as campanhas anticomunistas em que se encontram empenhados os círculos reaccionários e abo-

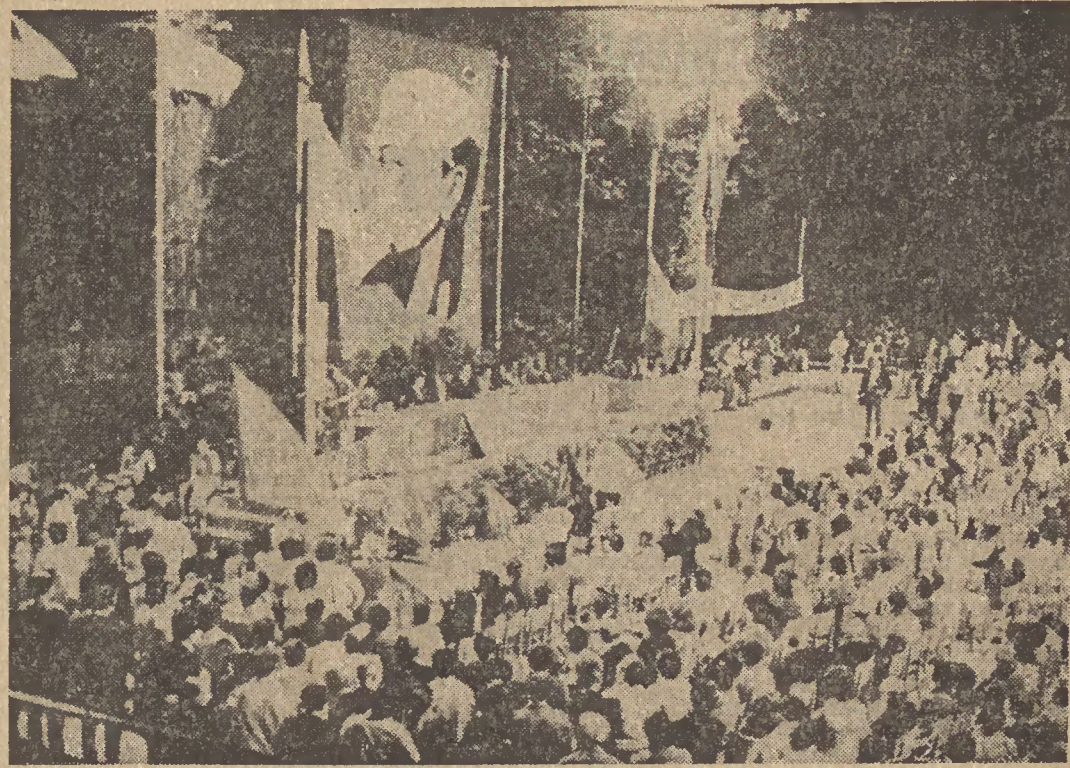
taram a luta dos trabalhadores pelo cumprimento dos contratos colectivos de trabalho. Foram igualmente denunciadas, pelo camarada António Lopes, membro do Comité Regional das Beiras, as ameaças de despedimentos e de encerramento de unidades fabris.

A base económica da reacção — acentuou Carlos Luis Figueira — é hoje a mesma que durante o fascismo: os grandes monopólios portugueses e estrangeiros, aliados com os latifundiários. Os seus interesses continuam a ser os mesmos. Conseguir manter um elevado nível de exploração da classe operária e demais camadas trabalhadoras, liquidar a pequena e média empresa, utilizando, para isso, os instrumentos de boicotagem económica, procurando com estas manobras conjugaras em

travar o processo de democratização do País. É assim que, por detrás de todos os graves conflitos surgidos nestes três meses, se encontram o grande capital e os seus agentes. A campanha anticomunista, serve aqui, e tem servido no passado, os interesses daqueles que sem-

pre combateram a liberdade. O perigo para a democracia vem da direita, daqueles que à sombra da ditadura fascista e à custa da exploração infame do Povo construíram fortunas fabulosas. Mas esta campanha — salientou igualmente — não vem apenas da direita. Crepúsculos pseudo-revolucionários encarnam-se também numa campanha contra o Partido Comunista e as forças da esquerda. A referência que se lhes faz — disse — não advém duma importância que não têm mas o jogo que fazem dos fins da reacção. Também eles têm de ser desmascarados e isolados pela acção das massas populares.

Em nome da UEC, António Ribeiro referiu-se à importância da luta estudantil no contexto da luta de todo o povo e ao crescente papel que a União dos Estudantes Comunistas desempenha nesta acção. Por sua vez, Aguilu Carvalho acentuou a importância do papel que cabe ao Movimento Democrático nas actuais circunstâncias políticas. José Martins, da Comissão Concelhia do Partido, enalteceu a figura do camarada Agostinho Saboga, cuja companhia se encontra na mesa que orientou o comício. A importância da unidade foi posta em relevo pelo representante do PS, Vítor Maia. No final, um grupo de espanhóis antifascistas que se encontrava presente dirigiu uma saudação ao Povo Português e disse da sua certeza no derubamento do fascismo em Espanha.



Sintra viveu uma noite de grande entusiasmo com a realização de um grande comício, a que se seguiu um espectáculo em que actuaram diversos artistas. No decorrer da reunião usaram da palavra Joaquim Teixeira da Costa, Hipólito Santos, Manuel Berto, Carlos Amaro e Alda Nogueira, Albert Lima, descendente de portugueses e membro do Comité Central do PC dos EUA, foi muito aplaudido ao ler uma mensagem dirigida ao nosso Partido e ao povo português

Nos campos do Alentejo a reacção conspira

Escrevem correspondentes do Avante!

Os grandes agrários alentejanos estão fazendo despendimentos em massa. Recusam-se a cumprir as Convenções de Trabalho. Respondem às justas reivindicações dos trabalhadores com despedimentos. Têm deixado imensos trabalhos por fazer, como tiradas de cortiça, cortiça à fálca, carvoarias, regadios e outros.

A maioria dos agrários retardaram muito as ceifas e debulhas causando, com isso, grandes prejuízos à economia nacional, pois as searas que não são ceifadas na devida altura têm grandes quebras. O que cai é completamente destruído pelo tempo e comido pela bicharada. Há ainda muitas e muitas searas por ceifar e debulhar no Alentejo particularmente, nos distritos de Évora e Beja, tudo indicando que muitas delas vão ficar mesmo por ceifar e debulhar. E, ainda que muitas delas venham a ser ceifadas, isso não evita já os graves danos causados. Basta percorrer o Alentejo e ver que assim é.

Há agrários que só ceifam parte das searas e largam o gado ao resto. Vemos agrários meter o gado em searas de grão e cevada, como tem acontecido nos distritos de Beja e Évora. Vemos agrários vender o gado por qualquer preço, gado leiteiro e outro, no sentido de provocar falta de carne e de leite, como está acontecendo, por exemplo na região de Beja e outras do Baixo Alentejo. Há agrários que não se metem e não cultivam as terras, sabotando, assim, nitidamente, a economia nacional, com os verdadeiros crimes que estão cometendo. Eis alguns exemplos:

Segundo nos contam, na herdade do Sobral (Montemor-o-Novo), da francesa Françoise Mevod, cujo administrador é José Vitorino Aires da Paizão, passou-se o seguinte: existia uma várzea com 50 hectares de terra com forragem. O administrador aninhou que ia destruir a seara, despediu um rancho de mulheres que tinha contratado por todo o Verão e abriu a albufeira para inundar a seara. Resultados: destruição da seara, despedimento das trabalhadoras, esvaziamento da albufeira, centenas de cabeças de gado ameaçadas de morrer a sede e morte de centenas de quilos de peixe que poravam as águas da albufeira! E este sujeito a dizer, para quem o quis o ouvir, que não tinha medo nem das Forças Armadas, nem do Governo! Isto, é apenas um exemplo, entre muitos, do que se está passando por esse Alentejo fora.

Mas há mais. Na herdade do Ramundo (Montemor-o-Novo), pertencente ao agrário José Gago, foi despedida, sem causa justificada, um rancho de 9 trabalhadores, ficando o trabalhador por fazer. O guarda florestal Luis Costa Capela teria puxado de uma pistola, quando despendu o pessoal, dizendo arrogantemente que não tinha medo de ninguém e que pagiam ir contar aos dirigentes do Partido! O agrário José Gago, até há bem pouco tempo tinha ainda uma seara de cevada por ceifar.

Nalgumas empresas industriais do Alentejo assistimos igualmente a uma verdadeira sabotagem da produção. Por exemplo: porque baixa a produção na fábrica Martins & Rebelo, de Avis,

que emprega mais de 300 trabalhadores, na maioria mulheres? Porque é estragado o leite e o queijo e os trabalhadores não sabem que fazer? Entretanto os patrões vão dizendo que a fábrica não dá e que qualquer dia a vão fechar!

Na fábrica de confecções «Czarina», também de Avis, onde trabalham 40 operárias, o patrão diz não ter medo de nada, nem de ninguém, e diz-se que reduziu a produção para cerca de metade. Chegaram, por exemplo, as camionetas com matéria-prima para descarregar e estão dois e mais dias à espera. Os trabalhadores queixam-se que esse senhor criou um clima de tensão na empresa, insulsa e castiga, despede e suspende. Ainda no dia 27 de Julho despediu uma operária. Só a solidariedade activa das restantes o obrigou a readmiti-la.

Tal situação, descrita pelos nossos correspondentes, e que pode ser testemunhada por muita gente, pois basta ter os olhos bem abertos para ver o que se passa em volta, exige dos trabalhadores, do campo e da indústria, uma tomada de posição firme e serena, o reforço da sua unidade e vigilância. O processo de democratização que interessa e aos trabalhadores e ao povo português, e no qual eles estão decididamente empenhados — assim o reclama.

Sessões de esclarecimento no Norte do País

FIGUEIRA DA FOZ — No centro de trabalho do Partido, operários da empresa vidreira da Fontela participaram interessadamente num amplo debate sobre pontos do Programa do Partido e da luta reivindicativa da empresa. No final, constituiu-se uma comissão de trabalhadores para venda do «Avante!».

Na freguesia de Lanos, presidida por um membro do Comité Regional das Beiras do PCP efectuou-se uma sessão em que, entre outros, foram focados aspectos da vida política após a segunda guerra mundial e a campanha anticomunista que as forças reaccionárias estão a desenvolver.

NOVAR — Operários da Rabor, numa reunião promovida pela célula de empresa do PCP, abordaram questões sobre a vida nos países socialistas, nomeadamente sobre assuntos religiosos, a situação da família e problemas políticos da actualidade. Ficou decidida a realização de nova sessão em data a tirar.

TEIXOSO — Três sessões, com ampla participação, proporcionaram aos teixonenses uma ampla abordagem dos pontos do Programa do Partido bem como outros problemas locais, analisados em pormenor. Destacou-se a questão do barco soviético que esteve recentemente em Leixões a desembarcar sardinha congelada, o que constituiu uma medida para debelar a crise que se verifica na indústria conserveira, que emprega milhares de trabalhadores.

MATOSINHOS — O que é a luta de classes, a ditadura do proletariado, a reforma agrária e outros objectivos do Partido, foram aspectos abordados numa sessão em que operários, estivadores e pescadores, em maioria, não só participaram largamente como aderiram, em número significativo, ao Partido.

PARANHOS (Porto) — Nesta freguesia do Porto, na sede do Grupo dos Modestos, cerca de uma centena de pessoas participaram numa sessão em que foram focados aspectos da política do Partido no que respeita aos católicos, às diferenças com o Partido Socialista e sobre as perspectivas quanto aos problemas de saúde, assistência e educação.

FREAMUNDE (Paços de Ferreira) — A organização local do Partido promoveu uma reunião em que foram abordados diversas questões locais e foi notória a adesão aos objectivos do PCP.

DISTRITO DE BEJA PEQUENOS AGRICULTORES APRESENTAM OS SEUS PROBLEMAS

Quatrocentos pequenos e médios agricultores da Liga dos Pequenos Agricultores do Distrito de Beja realizaram no passado domingo, nas instalações do ex-Germão da Lavoura, uma reunião na qual discutiram e aprovaram um memorial. Esse memorial, onde são apresentados os seus problemas e expressas as suas reivindicações, foi entregue, na passada segunda-feira, dia 12, ao secretário de Estado da Agricultura por uma delegação de representantes da Liga.

4 000 adesões

(...) «Ao expormos o que a Liga pretende levar a efeito — diz-se no memorial — temos registado em nome acolhimento e confiança manifestado já em cerca de 4 mil adesões de pequenos e alguns médios agricultores. Tem-nos surgido como particularmente grave o caso dos rendeiros onde o pedido de aumento de renda, nalguns casos, se cifra em 300 por cento; o caso dos pequenos proprietários que não possuindo extensão agrícola suficiente nem máquinas nem apoio técnico, produzem a pre-

ços de custo bastante elevados; o caso dos pequenos criadores de gado que não possuindo número suficiente de cabeças não usufruem do subsídio estatal e encaram já seriamente a extinção da sua actividade face à anarquia que reina no sector pecuário; o caso dos produtores de leite que se queixam dos preços a que estão sujeitos, tanto no que se refere a rações como ao produto que são obrigados a vender por preço impossível, muitos deles já pensando em vender as vacas para abate; o caso dos pequenos proprietários que não possuindo extensão agrícola suficiente nem máquinas nem apoio técnico, produzem a pre-

Objectivos imediatos e urgentes e objectivos a longo prazo

No seu memorial, os pequenos e médios agricultores do distrito de Beja, apresentando os seus problemas, apontam os que carecem de imediata e urgente solução. Entre estes, os que dizem respeito a rendimentos (de sequeiro e regadio); foros; preços de produtos — trigo, tomate, leite, carne, etc. Para além destes, outros, a longo prazo, são igualmente apresentados pelos pequenos agricultores do distrito de Beja: circuitos directos de fornecimento de máquinas, alturas e produtos químicos às associações de pequenos agricultores e cooperativas agrícolas; aplicação, por parte do Estado, de um plano de cultura para as cotadas e grandes herdades mal exploradas; criação de centros culturais, técnicos e profissionais, tendo em

vista a valorização dos pequenos agricultores; concessão de créditos a baixo juro e financiamentos capazes de uma estruturação agrícola eficiente; colaboração estreita entre a Liga dos Pequenos Agricultores, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, as autarquias locais e o Estado, para o estudo e implantação de indústrias transformadoras; introdução de novas culturas e plantações; criação de um Instituto de Reforma Agrária.

A Liga dos Pequenos Agricultores do Distrito de Beja, criada numa reunião realizada em Junho, conta neste momento com a adesão de mais de 4 mil agricultores e ganha crescente prestígio entre os pequenos e médios agricultores da região. No plano orgânico está-se a estruturar, na base de comissões de freguesia, democraticamente eleitas em amplas reuniões, comissões que elegem por sua vez os seus representantes aos órgãos superiores da Liga. Um secretário eleito na reunião de Junho, onde foi criada a Liga, coordena e dirige neste momento os seus trabalhos.

Tomaram lugar na tribuna: António Abalada, Alvaro Brasileiro, Armando Morais, José Agostinho, Francisca Velez e Francisco Miguel, membro do Comité Central. Na sua intervenção, depois de se referir ao facto da importância histórica que é o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à independência, Francisco Miguel salientou a necessidade da reforma agrária, há muito reclamada pelos interesses da economia nacional. Uma vez que a existência e predomínio da grande propriedade agrária latifundiária tem sido o principal factor de atraso, não só da nossa economia agrícola, mas de toda a vida portuguesa, a reforma agrária, que porá fim à anacrónica propriedade latifundiária, será não só um acto de justiça para com as massas camponesas, hoje na miséria, mas também a eliminação do maior travão ao nosso desenvolvimento.

Mais à frente afirmou: Com a reforma agrária, que os comunistas preconizam e têm no seu programa, só perderão 500 grandes latifundiários e beneficiarão milhões de camponeses, operários agrícolas, pequenos e médios agricultores.

Salientando que a liberdade de que hoje desfrutamos nasceu do 25 de Abril, o camarada Francisco Miguel terminou a sua intervenção dando vivas à aliança do Movimento das Forças Armadas com o movimento popular, vivas à aliança das massas camponesas com a classe operária, vivas à unidade de todas as forças democráticas, vivas ao PCP e a Portugal.

Francisco Miguel na leitura do Ribatejo

OS PEQUENOS E MÉDIOS CAMPONESES NADA TÊM QUE RECAR DA REFORMA AGRÁRIA

Em plena leitura ribatejana, junto da estalagem Gado Bravo, no sábado, dia 10 de Agosto, cerca de 3000 camponeses (moleiros, tomateiros e sequeiros) assistiram ao comício do Partido Comunista Português.

Tomaram lugar na tribuna: António Abalada, Alvaro Brasileiro, Armando Morais, José Agostinho, Francisca Velez e Francisco Miguel, membro do Comité Central. Na sua intervenção, depois de se referir ao facto da importância histórica que é o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à independência, Francisco Miguel salientou a necessidade da reforma agrária, há muito reclamada pelos interesses da economia nacional. Uma vez que a existência e predomínio da grande propriedade agrária latifundiária tem sido o principal factor de atraso, não só da nossa economia agrícola, mas de toda a vida portuguesa, a reforma agrária, que porá fim à anacrónica propriedade latifundiária, será não só um acto de justiça para com as massas camponesas, hoje na miséria, mas também a eliminação do maior travão ao nosso desenvolvimento.

Mais à frente afirmou: Com a reforma agrária, que os comunistas preconizam e têm no seu programa, só perderão 500 grandes latifundiários e beneficiarão milhões de camponeses, operários agrícolas, pequenos e médios agricultores.

Salientando que a liberdade de que hoje desfrutamos nasceu do 25 de Abril, o camarada Francisco Miguel terminou a sua intervenção dando vivas à aliança do Movimento das Forças Armadas com o movimento popular, vivas à aliança das massas camponesas com a classe operária, vivas à unidade de todas as forças democráticas, vivas ao PCP e a Portugal.

Entre os problemas locais mais sentidos e que foram referidos nas diversas intervenções salientamos a precária situação quanto às habitações, limpeza, saneamento, a existência de um mercado sem um mínimo de condições, a falta de um parque infantil e os péssimos arruamentos

AVENAL-SOBRERO — Parte de um milhar de pessoas participaram no primeiro comício do Partido em Avenal-Sobrero (Condeixa), presidido por Manuel Reis, da comissão partidária local. Presente António dos Reis, presidente da Junta de Freguesia; João Pimentel, da comissão administrativa da Câmara Municipal de Condeixa; representantes dos comunistas das freguesias de Anobra e Revelos do Campo; Rui Abrantes, da organização local do PCP de Coimbra; e Louís Henriques, da comissão concelhia do Partido daquela cidade. Na reunião, que decorreu com grande entusiasmo, falaram Joaquim Serrão e Carlos Fraião, do Comité Regional das Beiras do PCP, João Lemos, operário da construção civil e Francisco Cardoso, regador em Avenal, ambos membros da organização local do Partido. No terceiro dia da escola primária local, onde decorreu o comício, divagavam-se muitos cartazes e bandeiras do Partido e as intervenções foram subdivididas com aplausos calorosos. Seguiu-se a inauguração do centro de trabalho do Partido naquela localidade e uma festa de confraternização, muito animada, com a participação da população do Avenal.

ALPIARÇA — Uma manifestação de protesto contra a benevolência com que têm sido tratados os

Quatro mil pessoas em Cercal do Alentejo

No Cercal do Alentejo realizou-se no dia 10 de Agosto, na praça de touros, um comício do PCP no qual participaram 4000 pessoas, na sua grande maioria camponeses, trabalhadores rurais, mineiros, pequenos comerciantes e jovens. Entre a assistência contava-se um grande número de mulheres.

Por detrás da tribuna, no fundo branco da parede, encontrava-se a bandeira nacional, ladeada por duas bandeiras do PCP. As bancadas e a arena estavam repletas de público. O comício abriu com o «Avante camarada». Introduziu os oradores o camarada Francisco Godinho da organização local do PCP, que pronunciou uma curta alocução alusiva ao acto. Falou em seguida o camarada José Pacheco da organização de Sintra do Partido Comunista, que leu uma saudação dirigida aos participantes do comício e em particular ao povo do Cercal.

Seguiu-se no uso da palavra o camarada Feliciano Raposo, da fábrica de montagem de automóveis IMA de Setúbal, que fez uma alusão detalhada ao significado do 25 de Abril e aos objectivos da luta do PCP, na presente conjuntura, desmascarando as manobras da reacção contra o processo democrático em curso e contra o Governo Provisório.

Em seguida, o advogado de Santiago de Cacém, camarada Modesto Pereira falou das tradições democráticas do Cercal do Alentejo, mesmo durante o regime monárquico, para explicar o facto desta vila alentejana ter sido abandonada dos poderes públicos e em particular da Câmara Municipal de Santiago de Cacém, durante o fascismo, porque era considerada uma vila comunista.

O camarada Américo Leal, do CC do PCP, usou igualmente da palavra, depois do camarada Francisco Godinho ter aludido à sua actividade de dirigente comunista que conta 27 anos de clandestinidade, inteiramente dedicada à luta dos trabalhadores e do seu Partido.

O PCP, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como defensor sincero e lutador consequente pela democracia, sempre falou claro o que pretende. Só o fascismo e a reacção necessitam da mentira, da falsificação, da calúnia.

E mais adiante afirmou: «A região do Cercal é, como se sabe, uma região essencialmente agrícola. Onde existem os trabalhadores agrícolas, os homens e as mulheres que vivem vendendo a sua força de trabalho; onde existem igualmente muitos agricultores, pequenos e médios, trabalhando e vivendo da sua exploração agrícola, conhecendo mesmo muitos deles certas dificuldades económicas.»

«O PCP trata no seu Programa da questão do campo e defende a necessidade imperiosa de uma reforma agrária.»

«Defendemos que os trabalhadores agrícolas não podem viver na miséria no desemprego. Devem ter trabalho e salários de acordo com a realidade da vida.

«Os pequenos e médios agricultores enfrentam desde há muito dificuldades económicas sérias. Não têm possibilidades de levar a prática um plano de exploração agrícola adequado. Não têm créditos a juro baixo e a longo prazo. Não têm nem maquinaria nem fertilizantes, nem a ajuda técnica que têm direito.»

«Para estes — disse ainda o camarada Américo Leal — o PCP defende a protecção e ajuda no campo económico e assistência, para que as suas explorações agrícolas sejam bem mais rentáveis para que possam pagar salários bem mais elevados.»

O último orador do comício foi o camarada Pedro Soares, do CC do PCP, que saudou em primeiro lugar, em nome do Partido o povo do Cercal, os trabalhadores, os jovens, os mineiros, os camponeses, as mulheres que se encontravam presentes.

«Vivemos uma fase nova da vida política nacional — disse o camarada Pedro Soares — aberta com a acção gloriosa empreendida pelo Movimento das Forças Armadas na madrugada do dia 25 de Abril. É um acontecimento histórico que deve mudar de confiança e de alegria o povo do Cercal todos os democratas sinceros. Passou a época do terror fascista. Hoje não é o povo que tem razão para ter medo. São os fascistas e as forças reaccionárias.

«O povo deve estar vigilante e activo contra as suas manobras, para as denunciar e para as combater.»

O povo deve ter confiança na sua força e deve ter confiança no Movimento das Forças Armadas, que são uma garantia das conquistas já alcançadas e da criação de um verdadeiro regime democrático escolhido pelo próprio povo.

Falando em seguida das posições do anticomunismo disse: «O anticomunismo foi sempre uma arma da reacção e do fascismo. Hoje, depois da derrota sofrida, os reaccionários de vários matizes desencadeiam uma vaga de calúnias contra o Partido Comunista. Levantam o velho espantoso largamente utilizado pela PIDE, durante o seu tenebroso reinado. Colaboram nessas calúnias os grupos esquerdistas, que neste domínio como noutros dão o braço à reacção no seu ódio ao Partido que durante cerca de cinquenta anos conduziu uma luta tenaz, paga não poucas vezes ao preço da vida de vários dos seus melhores militantes, contra a odiada ditadura fascista.

O comício terminou com a assistência a cantar o hino nacional. O Cercal do Alentejo viveu uma hora alta da sua luta pela democracia.

ASSINA
O
"AVANTE!"

REUNIÕES E COMÍCIOS

SEIXAL — Realizou-se nesta localidade da margem sul um importante comício, tendo usado da palavra dirigentes locais do nosso Partido e militantes operários. A reunião decorreu com muito entusiasmo, tendo sido abordados problemas políticos gerais e respeitantes à classe operária. O êxito deste comício comprovou uma vez mais a forte consciência da classe dos trabalhadores da zona, na qual o nosso Partido tem forte implantação.

MIRANDELA — Cerca de mil pessoas participaram numa sessão de esclarecimento realizada no cinema local. Presentes representantes da DORN, do Movimento Democrático, do MDM, da União dos Estudantes Comunistas e do Partido Socialista. Após uma alocução inicial, em que foram lembrados os nomes de militantes comunistas e outros antifascistas assassinados pela PIDE, falou o camarada Fernando Nain Crispino, que afirmou: «A luta que o nosso Partido tem travado contra a opressão do regime fascista, as perseguições de que têm sido vítimas os seus militantes, o sofrimento que têm sentido na sua própria carne, conferem-lhe o direito de, em união com os outros agrupamentos democráticos, vir livremente reafirmar a importância histórica desta data, na qual o povo português, reconhecendo o direito à independência dos povos até agora colonizados, se torna livre também, porquanto um povo que oprime outros povos não pode ser livre.

AFURADA — O saneamento prossegue, mas muitas são as localidades onde se mantêm as administrações fascistas. Na Afurada, por exemplo, terra de pescadores, em Canideia, Gaia, o saneamento ainda está por fazer. E o facto foi vivamente denunciado por meio de uma sessão de esclarecimento. Na reunião, foi denunciado o total abandono a que a localidade está

entoaram o «Avante camarada» o hino nacional.

ANGRA DO HEROÍSMO — Efectuouse em Angra do Heroísmo, ilha da Terceira, Açores, um grande comício popular de regozijo pelo reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias. Falaram representantes de diversos partidos políticos. O nosso Partido também esteve presente, e a sua rubra bandeira foi particularmente saudada pelas muitas centenas de pessoas que participaram nesta manifestação.

Em nome da Comissão Concelhia de Angra do Heroísmo do Partido Comunista Português, falou o camarada Fernando Nain Crispino, que afirmou: «A luta que o nosso Partido tem travado contra a opressão do regime fascista, as perseguições de que têm sido vítimas os seus militantes, o sofrimento que têm sentido na sua própria carne, conferem-lhe o direito de, em união com os outros agrupamentos democráticos, vir livremente reafirmar a importância histórica desta data, na qual o povo português, reconhecendo o direito à independência dos povos até agora colonizados, se torna livre também, porquanto um povo que oprime outros povos não pode ser livre.

AFURADA — O saneamento prossegue, mas muitas são as localidades onde se mantêm as administrações fascistas. Na Afurada, por exemplo, terra de pescadores, em Canideia, Gaia, o saneamento ainda está por fazer. E o facto foi vivamente denunciado por meio de uma sessão de esclarecimento. Na reunião, foi denunciado o total abandono a que a localidade está

AFURADA — O saneamento prossegue, mas muitas são as localidades onde se mantêm as administrações fascistas. Na Afurada, por exemplo, terra de pescadores, em Canideia, Gaia, o saneamento ainda está por fazer. E o facto foi vivamente denunciado por meio de uma sessão de esclarecimento. Na reunião, foi denunciado o total abandono a que a localidade está

ALPIARÇA — Uma manifestação de protesto contra a benevolência com que têm sido tratados os

agentes da PIDE teve lugar, na passada terça-feira, no edifício da Câmara Municipal de Alpiarça. Participaram cerca de 1000 pessoas, que repudiarão vivamente os motivos ocorridos na Penitenciária. Estiveram presentes elementos da DORR, da Comissão Distrital, da Comissão Concelhia do Movimento Democrático de Santarém e Alpiarça e do Movimento da Juventude Trabalhadora.

POMBALINHO — Na aldeia do Pombalinho, distrito de Santarém, 300 pessoas participaram entusiasticamente numa sessão de esclarecimento. Depois de se ter informado a vida do nosso Partido e a luta corajosa de militantes, seguiu-se um período de debate. Manifesto o interesse das populações sobre a vida nos países socialistas. Desmistificou-se a campanha anticomunista que utiliza o levantamento de calúnias contra o nosso Partido e contra a vida de alguns camaradas.

REBELVA — No dia 9, realizou-se neste lugar, próximo de Carcavelos, uma sessão de esclarecimento com a presença de 400 pessoas. Falaram os camaradas Georgette Ferreira, membro do Comité Central, e José Saragamo. Seguiu-se um animado debate com a assistência em que se colocaram várias perguntas sobre o modo de produção nos países socialistas, a diferença entre socialismo e comunismo, etc.

MURTAL — Os camaradas Alda Nogueira, membro suplente do Comité Central do nosso Partido, e Augusto de Sousa, do Comité Local, orientaram no passado dia 10, numa sessão de esclarecimento perante uma assistência vivamente interessada de 200 pessoas.

A VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA DO POVO RESPONDEU AO MOTIM DOS EX-AGENTES DA DGS

LES foram a arma do terror branco instituído pelo fascismo, a mortilha das liberdades, a ferocidade legalizada. Por eles, agentes criminosos de uma polícia criminosa foi o povo amordaçado, espezinhado.

Independente dos nomes de que se serviram («Polícia de Informação», «Polícia de Vigilância e Defesa do Estado», «PIDE» no início da década de 30, «Polícia Internacional de Defesa do Estado-PIDE», em 1945 e, em 1969, «Direção Geral de Segurança-DGS»), desde a sua fundação imediata ao golpe fascista de 1926 até à extinção de facto, com o 25 de Abril deste ano, a acção da PIDE-DGS constituiu sempre uma cadeia de atrocidades e crimes.

Mesmo na situação actual de prisioneiros, os elementos da PIDE-DGS, habituados a uma longa tradição de desenfreada prepotência, a um passado de instrumentos de tirania, não assumiram ainda a modificação das condições políticas em Portugal. Este facto acrescentado a um tratamento demasiadamente benevolente para estes carrascos do povo derivado do não saneamento de quadros prisionais estimulou a ousadia de 600 criminosos ex-agentes da PIDE-DGS, actualmente detidos na cadeia penitenciária que, tomando como pretexto o falecimento de um dos seus colegas de repressão, por acidente cardíaco, se lançaram numa insubordinação que se revestiu de aspectos escandalosos.

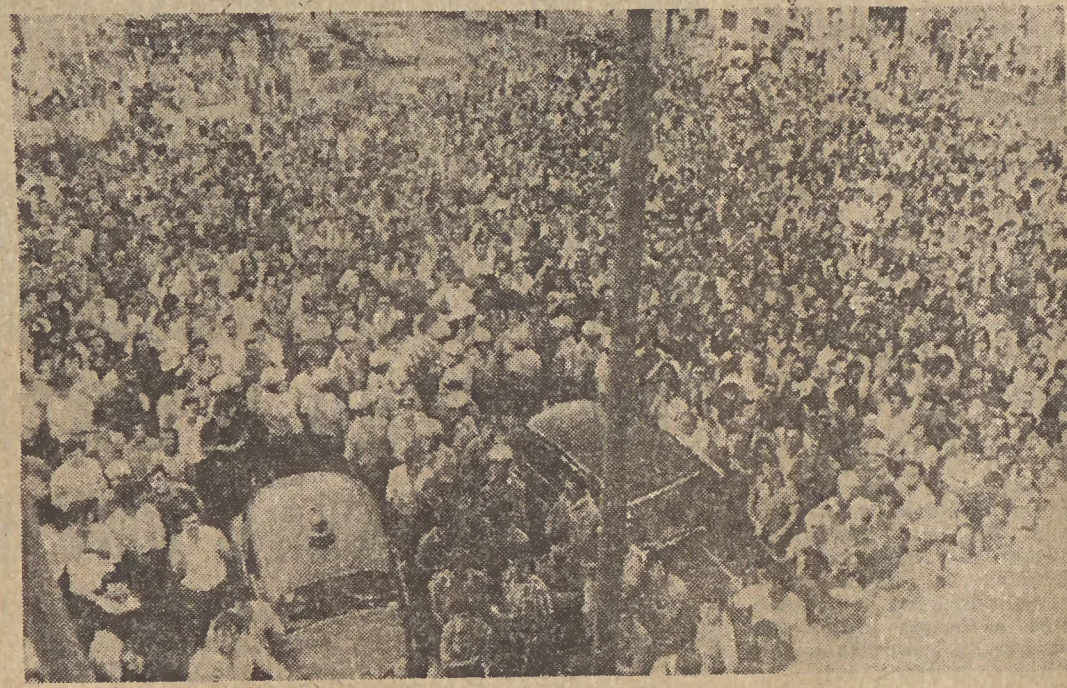
Efectivamente que outra palavra para designar a posse de uma chave que permitiu aos emotinados a ocupação do interior do edifício, o roubo do material sonoro, as destruições de material que levaram a cabo, o desatino de uma fúria que levou os guardas a refugiar-se na ala dos presos comuns, cerca de sessenta que repudiaram vivamente o motim?

Que outra palavra serão «escândalo» para classificar os seus vivos ao Movimento das Forças Armadas, as suas afirmações de que «sempre estiveram ao lado do povo português»?

Vigilância popular pela democracia

E, no entanto, é certo. Os criminosos agentes da PIDE-DGS sempre estiveram ao lado do povo. Oultros na máscara aparentemente inofensiva dos informadores, descoberto o rosto da crueldade, do sadismo quando torturavam nas prisões fascistas. Sempre ao lado do povo, para reprimir a sua voz de protesto, o seu gesto de luta, o seu pensamento de revolta.

E agora, clamando pelo general Galvão de Melo, elegendo «democraticamente» uma dele-



resultado dessa vigilância, vigilância pela salvaguarda da democracia, vigilância patriótica, milhares de populares durante o dia 12 concentraram-se frente à Cadeia Penitenciária. Ali, às primeiras horas da tarde foi aprovada, por aclamação, uma moção dirigida ao Movimento das Forças Armadas, de protesto face aos acontecimentos e exigindo a averiguação de responsabilidades.

Efectivamente esta averiguação é uma das medidas urgentes a tomar para fazer reatuar a reacção. As hesitações em acções concretas, neste sentido só têm estimulado as forças contra-revolucionárias.

Uma manifestação salutar

Tal como o tenente Rosa Nunes, carcereiro-mor da Penitenciária, delegado da Junta de Salvação Nacional junto da Di-

recção-Geral dos Serviços Prisionais, diria, «aquela gente ali fora também deu muita força para sanear o conflito», a presença e o protesto do povo, astomado junto a esta cadeia, constituiu um elemento essencial capaz de desorientar qualquer tentativa de fuga mesmo, no caso, que nos afirmaram como impossível, de algum «pide» ultrapassar as linhas de segurança do interior. A atitude popular é um exemplo de vigilância e decisão que os elementos da ex-PIDE-DGS não esquecerão tão depressa. As vozes da justa fúria popular chegaram, claramente, aos amotinados.

A calma mantida no interior

carregou sobre a multidão, que resistiu activamente. O incidente, que provocou grande tensão, não conseguiu abafar o discernimento político do povo que manifestou o seu apelo aos elementos das Forças Armadas que se deslocaram ao local. Cerca das 18 horas e 45 minutos, a chegada de um «jeep» da Polícia Militar foi aplaudido pela multidão e cerca das 20 horas o major Canto e Castro, da Comissão Coordenadora do MFA e o comandante Contreiras, membro do Conselho de Estado, assim como o major Costa Neves, chefe de gabinete do general Galvão de Melo, dirigiram-se ao povo. O major Costa Neves declarou que nenhuma rein-

bro da PSP impediu o regresso imediato à normalidade e determinou a chegada de forças do «comando».

Motivo de reflexão o aplauso, a atitude dos reclusos de delito comum que, além de se negarem a qualquer participação no motim, denunciaram vivamente as condições da PIDE na Penitenciária, condições que urge serem anuladas pois que constituem um atentado à justiça por que o povo clama. Nelas encontra explicação a atitude do ex-agente Nuno Henriques Pinho, o «Torre», que presta auxílio aos Serviços Administrativos da cadeia, movimentando-se, com todo o avontade na cadeia, e que denunciou corretamente o relatório do «Avante!» ao ex-agente António Pereira Malta, o que se encontrava no carro celular para ser conduzido até ao general Galvão de Melo. Convidando o António Malta a conceder uma entrevista ao «Avante!», o Pinho declarou-nos depois chamar-se «Torre» e inquiriu-nos, em termos ameaçadores se sabíamos a que significava esta palavra ou a tradução do japonês é significativa: «Mata».

Por sua vez, o Pereira Mota, em termos não menos ameaçadores, «prometia-nos» que «qualquer dia falaríamos...» Aliás, relativamente a toda a imprensa portuguesa é de fraqueza hostilidade a posição dos criminosos da PIDE-DGS, cuja raiva se não contém porque finalmente a imprensa pode denunciar, livremente, os crimes que cometeram durante o fascismo.

As anomalias verificadas e denunciadas, por toda a imprensa, relativamente à situação prisional dos ex-agentes exigem medidas energéticas, que, o contrário, não deixarão de ser tomadas. É a voz do povo que o exige. É o mais elementar direito de justiça. É, ainda e sobretudo, a salvaguarda da democracia que se constrói em Portugal.

UMA VISITA AO «AVANTE!»

Numa rua anónima, num prédio despretencioso, no meio duma Lisboa barulhenta, não muito longe duma praça de touros — estão situadas as instalações do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português e as do seu jornal semanal «Avante!».

Eu andava autenticamente a caça do «Avante!», mesmo antes de entrar para o avião no aeroporto Kennedy. A hospedeira da TAP deslocou-se para a porta do avião com jornais, pois todos nós esperávamos a hora de descolar; ela ofereceu-nos o «New York Post» (como teria ela adivinhado), mas pedi-lhe o «Avante!» Ela empalideceu. «Avante!» — repetiu. Fez um largo sorriso e disse: — Desculpe, mas não temos.

Mas quando chegámos a Lisboa encontramos o «Avante!». Em todas as lojas, por todo o lado. No dia seguinte estávamos de frente do edifício da Avenida António Serpa onde o PCP tem o seu centro de trabalho e o seu jornal. Mas não chegámos a ir ao «Avante!», no 3.º andar, porque tivemos o privilégio duma entrevista de duas horas e meia com o camarada Pedro Soares, membro do Comité Central do PCP, no 2.º andar. (a)

Os leitores do «Daily World», celebrando os seus cinquenta anos de imprensa marxista nos Estados Unidos, estarão com certeza interessados em ler coisas acerca do «Avante!», saídas agora regularmente, após 40 anos de clandestinidade.

O «Avante!» é um jornal de quatro páginas de tipo estandardizado, vendido a cerca de 12 centavos americanos. Não foi a única publicação do PCP durante a sua existência legal. Durante 30 anos publicou-se o «Militante», jornal teórico de teoria, o qual, assim nos foi dito, já dentro em breve a sua primeira aparição legal.

Isto não é tudo. O PCP também editava — e verdade — dois jornais camponeses. Um era para os agricultores do Norte e chamava-se «Terra». O outro era destinado aos agricultores do Sul — ali Camponês. Foi-nos dito que foi sempre tradição do Partido elaborar a unidade com o trabalho do camponês. Isto não era tudo. Havia também outras publicações especializadas. Por exemplo, para o trabalhador têxtil havia o «O Têxtil», para o corticeiro «O Corticeiro». Além disso milhares de panfletos e folhetos foram distribuídos.

— por um aparelho separado do aparelho da Organização. Tudo isto se tornou possível graças a dedicação e sacrifício dos membros e organizadores do Partido Comunista Português.

Fomos informados da existência dum jovem militante do Partido, campeão de ciclismo que era também o campeão de distribuição de

literatura usando a sua bicicleta com grande vantagem. Este camarada dizia que o corpo não pode viver sem coração. Ele dizia que o jornal era o coração do Partido e dedicou-se à sua distribuição. Infelizmente, esta pessoa tão maravilhosa caiu nas mãos da polícia que primeiro o torturou e depois matou por ele nunca ter revelado os nomes dos camaradas a que estava ligado.

Tais sacrifícios ajudaram a construir o prestígio do Partido e aumentaram a confiança do Povo nele.

Quando perguntámos se o «Avante!» tinha quaisquer problemas financeiros, Pedro Soares sorriu tristemente. Quando fizemos a pergunta seguinte «Recebem subsídio do Governo?» Pedro Soares assegurou-nos que o «Avante!» obtinha fundos apenas através dos seus leitores (até

agora não havia anúncios de qualquer espécie).

A primeira edição legal do «Avante!» vendeu-se com 300 000 cópias pelas 11 horas da manhã no próprio dia em que foi publicado e 200 000 mais que saíram da imprensa.

Perguntámos ainda como é que o Partido tinha arranjado aquele centro de trabalho e fomos informados que tinha sido cedido pela Junta (arrendado) depois de ter saído o anterior local. E quem foi esse primeiro local? O camarada Soares sorriu e disse: «Foi uma frente fascista chamada Legião Portuguesa».

(a) (Reportagem do casal Arthur e Pearl Zipser (Simson) do «Daily World». — 3/7/74 «Em Portugal após o 25 de Abril» — Junho 74)

«ALTO DOS MOINHOS» E «QUINTA D. LEONOR»

A POPULAÇÃO ORGANIZA-SE PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LOCAIS

Em vários bairros de lata de Lisboa, a população, vivendo em condições extremamente deprimentes, procura, pelos seus próprios meios, com o apoio do Governo Provisório, executar benéficas obras elementares e mais urgentes, apelando para ajudas concretas por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Dois exemplos destas iniciativas são os bairros de Alto dos Moinhos e Quinta D. Leonor, na freguesia de São Domingos de Benfica, onde a população procura encontrar caminhos para o trabalho colectivo.

Após uma reunião de moradores no Bairro do Alto dos Moinhos, os habitantes apresentaram ao secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, a seguinte exposição:

Os moradores do Bairro do Alto dos Moinhos, reunidos em plenário, convocados para discussão dos problemas locais, consideram:

1 — A necessidade de disporem de casas nas devidas condições habitacionais e do respectivo equipamento urbano (ruas, creches, escolas, centros comerciais, luz e água).

2 — A necessidade urgente da solução dos problemas de saneamento do Bairro.

3 — A criação urgente de uma creche com carácter provisório até à realização do Bairro.

4 — A instalação de pelo menos dois balneários.

5 — O levantamento diário do lixo.

Dado que se conhece a existência, na freguesia, de pessoas afectas ao Movimento Democrático (arquitectos, desenhadores, pedreiros, carpinteiros), propõe-se:

Efectuar um estudo de urbanização de um bairro e respectiva concretização, através de, necessário, da autoconstrução.

A acção e o apoio do Governo à iniciativa de Alto dos

Moinhos, permitiu que o trabalho colectivo que ali se desenvolve, quer no campo técnico, quer na autoconstrução, possa abrir grandes perspectivas de melhoria a uma população que, até há pouco, não tinha qualquer solução para os seus problemas mais urgentes e imediatos.

A «Quinta D. Leonor» propõe cooperativa de bairro

Acompanhando a iniciativa do Alto dos Moinhos, a população de Quinta D. Leonor, situada junto do Estádio da Luz, entre a Rua dos Seixos e a Avenida Marechal Carmona, enviou à Câmara Municipal uma exposição colectiva nos seguintes termos:

Considerando: 1 — As condições de habitação desumanas das nossas «barracas» idênticas, aliás, às de todos os bairros de lata de Lisboa.

2 — O nosso direito, como seres humanos, a uma habitação condigna de que não prescindimos.

3 — Que as rendas pagas por nós, mensalmente, a essa Câmara, não têm tido correspondentes benéficas.

4 — Ser difícil à Câmara resolver a curto prazo todos os problemas de habitação que por nós, poderíamos legitimamente levantados.

Mas tendo em atenção, por tudo o que acima se disse, que se de execução possível certos be-

neficiações elementares urgentes, vimos solicitar que essa Câmara proceda às seguintes obras colectivas (de carácter provisório) nos nossos bairros:

1 — Execução de uma rede de esgotos como medida de saneamento e acção anticélica.

2 — Instalação de dois chafarizes.

3 — Substituição dos depósitos de água existentes.

Os habitantes requerem ainda a instalação de electricidade no bairro e deram a sua adesão à ideia da formação de cooperativas de bairro que, com o apoio técnico e financeiro do Estado, procederiam à construção das suas próprias casas.

O papel mobilizador que os democratas têm no lançamento das reuniões, na organização do trabalho colectivo nos bairros, no planeamento das iniciativas, (estabelecendo claramente a sua prioridade e dando consciência às populações da importância destas iniciativas no actual contexto de crise económica) e na sua concretização, desde o chafariz até à rede de esgotos, demonstra o papel decisivo que o PCP e outras forças democráticas têm na orientação das massas populares, ao nível do próprio bairro.

Para encontrar algumas respostas às razões que determinam o preço do peixe, a falta que se faz sentir e a sua frequente má qualidade, «Avante!» entrevistou dois membros da equipagem do navio de pesca longínquo «João Álvares Fagundes».

«AVANTE!» — Actualmente faz-se sentir uma certa falta de peixe no mercado. Esta situação deriva do facto de haver pouco peixe no mar ou outras razões?

RESPOSTA — Não! Não há falta de peixe no mar. O que acontece é que os intermediários, dum modo geral, apenas aceitam comprar determinados tipos de peixe e de certas dimensões, que lhe possam garantir o maior lucro nas operações de preparação desse peixe em filetes, postas, etc. Posso citar-lhe, a título de exemplo, que no último período de pesca que fizemos, sobre um total de 1404 toneladas de peixe pescado, foram deixados ao mar 319 toneladas de peixe já morto.

«AVANTE!» — O peixe, todos sabemos, atinge no mercado preços proibitivos. Está fora de questão que a razão seja os encargos do pessoal, que nós sabemos ser bastante mal pago. Quem é que, na sua opinião, come a parte de leão no preço do peixe?

RESPOSTA — Sabe, não sou talvez a pessoa mais indicada para lhe dar um resposta, posso no entanto dizer-lhe que a pescada n.º 1 com cabeça que foi vendida pelo armador ao intermediário ao preço de 12500 o kg, é vendida no mercado a 42500 o kg. Posso ainda dar-lhe outro exemplo: um armador bem conhecido que comercializa o peixe que pesca, teve de lucros, no ano passado, 27 000 contos.

«AVANTE!» — A terminar, gostava ainda de lhe fazer uma outra pergunta. O consumidor, em geral, tem uma certa relutância em comprar o peixe congelado. Na sua opinião, o peixe congelado oferece uma qualidade inferior à do peixe fresco?

RESPOSTA — Posso dizer-lhe que a parte do peixe da pesca da costa, todo o peixe é congelado. A má qualidade em matéria de gosto e de aspecto deve-se a várias razões: primeiro, muito peixe que é pescado longe da nossa costa e que leva perto de um mês a chegar ao mercado, nunca chega a ser congelado, mas apenas mantido em gelo; segundo, o peixe que é efectivamente pescado e congelado, como acontece a bordo do nosso navio, quando chega à lota é descongelado para ser vendido a intermediários que o voltam a congelar depois em más condições. Quando a congelação é feita de-se a formação de cristais dentro dos músculos dos vasos de água que existem dentro do peixe. Os cristais ao formarem-se vão rebarbear es-

PEIXE E FRUTAS

O ABASTECIMENTO PÚBLICO E OS LUCROS DOS INTERMEDIÁRIOS

seus vasos. Quando o peixe é descongelado toda essa água se perde, ficando o peixe com um aspecto seco. A congelação rápida como nós praticamos evita este fenómeno e garante uma boa qualidade. Já agora, aproveito para lhe dizer que considero um verdadeiro crime para a saúde pública as operações que se requeimemente executadas de descongelar o peixe para o voltar a congelar de novo. Todas as bactérias que estão em estado latente começam a actuar e aducltar o peixe. Na minha opinião, o peixe devia ser congelado e mantido congelado até ao consumidor, sendo assim garantidas condições de qualidade.

Estas são algumas das razões por que o nosso povo come o peixe tão caro, de má qualidade e tem tanta dificuldade em encontrar no mercado. Tornam-se urgentes medidas com o fim de combater a especulação e reduzir as margens de lucros excessivos dos intermediários. Uma legislação e «controle» rigorosos que garantam a qualidade do peixe e defendam a saúde pública.

No mercado abastecedor do Rego

Um leitor escreve-nos sobre as condições de comercialização da fruta. Porque se trata dum depoimento que pode ser comprovado, aqui o publicamos.

«Os produtores que vendem no Mercado Abastecedor do Rego estão inscritos como tal mas é falso. Não são produtores, só o são para fugirem aos impostos. Urge resolver este assunto o mais breve possível para que se não continue a defraudar o Estado.

Mais ainda: metem 200 volumes e dão à entrada só 50 para a diferença ser dividida por eles e pelos fiscais de serviço. E na qualidade de produtores praticam o lugar de armazenistas e de

agentes de venda, tudo sem pagarem imposto ao Estado.

Os ARMAZENISTAS compram a fruta ao produtor na origem por preços baixos e vendem no mercado a preços elevados ultrapassando a margem de lucro em mais de 200 por cento, e também praticam o serviço de agentes de venda recebendo a fruta do produtor. E se vendem por exemplo uma caixa que tem 16 quilos só mandam 14 ao produtor. E se vendem por 8500, só mandam 6500 ou 7500 o quilo. É um autêntico escândalo.

Os MANDATÁRIOS recebem em média 200 ou 300 volumes e só pagam menos de metade das entradas. A diferença é dividida por estes e os fiscais de serviço no mercado. Também usam o processo de mandar para o produtor que lhes mande a fruta com menos peso e menores preços. Urge controlar tudo isto porque só neste mercado são retirados todos os dias aos produtores cerca de 200 contos. Por isso o produtor se queixa e com razão. Neste mercado há um prejuízo para a economia nacional de cerca de 10 a 15 mil escudos diários. Ora quando há a grande necessidade de fundos económicos não é de permitir aos senhores mandatários, armazenistas e produtores falsos tais abusos.

As mercadorias entradas no mercado abastecedor são por vezes transaccionadas dentro do mercado duas e três vezes, ou seja, há pessoas a trabalhar dentro do mercado, que compram e vendem dentro do mesmo com prejuízo para o produtor e o consumidor.

Tudo isto tem processo fácil de se resolver. Posso dar a minha contribuição para tal.

Sendo eu também vendedor armazenista não concordo em absoluto com todas estas fraudes que se vêm praticando por todos estes delinquentes, que ultrapassam o número de 200.»

Reforçar a unidade na acção concreta

CONT. DA PAG. 1

amanhã. É a garantia da instauração de um regime verdadeiramente democrático, escolhido pelo nosso povo.

Quais são os mais prementes problemas que exigem o reforço e alargamento da unidade?

São os problemas da luta contra a reacção, que está levantando a cabeça. Essa luta exige organização e vigilância comuns, em todo o País. Exige o reforço das lutas com as mais amplas massas populares, para as consocializar e mobilizar contra as forças reacçãoárias e fascistas.

O aparelho de Estado não foi devidamente saneado dos inimigos da democracia, dos sabotadores do actual curso político. Esta é uma actividade que temos de desenvolver de forma unitária, para dotarmos as autarquias locais de órgãos verdadeiramente representativos da vontade popular.

A situação económica do País requiere medidas urgentes e uma atenção redobrada, pois neste domínio a acção das forças reacçãoárias internas conjuga-se com as manobras do imperialismo, que tece a sua tela para asfixiar economicamente o País e preparar o assalto definitivo, contando com conivências já delineadas.

Verificam-se atitudes lamentáveis em certos sectores, que provocam justificadas apreensões e protestos das massas populares e das forças antifascistas e exigem medidas concretas para lhe pôr termo. Aqui também a unidade é chamada a desempenhar um papel fundamental, quer no reforçamento da consciência popular quer nas medidas a tomar para que determinados factos se não repitam.

É no dia a dia da luta que se forja a unidade das forças antifascistas e se elaboram os princípios táticos e a estratégia comum.

«Não será acertado — diz o camarada Alvaro Cunhal na entrevista ao «Avante!» — levantar conflitos acerca de questões remotas ou de um futuro ainda distante quando estamos empenhados em batalhas decisivas que exigem uma acção concertada ime-

diata, de que afinal depende todo o futuro.»

A unidade que praticamos tem profundas raízes na vida nacional. Resulta de uma confluência de objectivos, de uma realidade concreta que não pode ser ignorada nem deturpada, sob pena de embarçarmos o próprio processo democrático iniciado com a vitória do 25 de Abril. Nessa unidade deve estar presente uma constante fundamental do movimento popular e antifascista: a aliança com o Movimento das Forças Armadas, como garantia de novos êxitos na construção da democracia e na solução dos mais instantes problemas nacionais.

SANTA JUSTA

UMA CRECHE PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES

As operárias agrícolas de Santa Justa referiram à reportagem do «Avante!» que estão dispostas a construir, com o apoio do Governo Provisório e da Câmara de Coruche, uma creche para os seus filhos.

Quando vamos para o trabalho, deixamos as crianças só e partimos para o campo. Podíamos, todos, o povo de Santa Justa, construir uma creche colectiva para os nossos filhos. As mulheres não podem perder os seus salários nos campos, só porque têm filhos menores.

Esta iniciativa de trabalho colectivo começou com um grupo de seis operárias agrícolas que limpam gratuitamente o cemitério de Santa Justa. O espírito de dar mensalmente um dia de trabalho colectivo para a comunidade parece estar a inserir-se nesta pequena povoação, onde simultaneamente os reacçãoários procuram pôr em ridículo a importância deste espírito, surgindo algumas provocações contra os operários agrícolas e seareiros nas paredes de Santa Justa.

Avante, amigos de Santa Justa, pela creche colectiva para os filhos dos trabalhadores, construída, se necessário, com as mãos do próprio povo unido, de acordo com as tarefas de reconstrução definidas no Programa do Movimento das Forças Armadas!

COMUNICADO DO PCP

OS ACONTECIMENTOS NA PENITENCIÁRIA DE LISBOA

1

Os acontecimentos na Penitenciária de Lisboa provocam a indignação e profunda inquietação no povo português.

O motim dos agentes de agentes da PIDE-DGS, as suas arrogantes exigências, a ocupação da Penitenciária e as provocações de que deram mostras não se podem compreender com incitamentos e proteções.

Não se pode também desligar dos acontecimentos o facto de continuarem a frente dos serviços prisionais os mesmos funcionários que, no tempo da ditadura foram responsáveis por maus tratos e regimes desumanos aplicados aos presos políticos e que agora dão todas as facilidades aos pides que se encontram presos.

2

Estes acontecimentos surgem na continuidade duma violenta campanha anticomunista e reacçãoária. As discriminações anticomunistas animam os inimigos de democracia que conspiram impunemente. As medidas repressivas contra provocações esquerdistas não são acompanhadas por medidas contra as provocações e conspirações da direita reacçãoária. Chefes fascistas como Elnano Alves permitem-se realizar grandes reuniões políticas com centenas de apunhados. É tempo de cortar decididamente o passo à contra-revolução.

3

É surpreendente a atenção e a benevolência com que se trata os criminosos amotinados em contraste com a dureza com que foi tratado a população que, indignada, exigia o seu castigo. As exigências dos PIDE-DGS constituem um verdadeiro insulto ao povo português, martirizado durante meio século pela ditadura fascista e pelo seu maior instrumento de terror — a PIDE-DGS. Não poderia ser compreendida e daria inevitavelmente lugar a vivas e justas reacções das forças democráticas e das massas populares qualquer cedência às reivindicações dos amotinados.

4

Em face da situação, o PCP considera necessário exigir:

1. Que seja feito rápido inquérito às circunstâncias em que foi possível o motim dos agentes da PIDE-DGS;
2. Que não sejam feitas quaisquer cedências às reivindicações dos amotinados;
3. Que seja levada a cabo o rápido saneamento nos serviços prisionais, bem como de todo o aparelho de Estado;
4. Que sejam tomadas energéticas medidas para que tais casos se não possam repetir;
5. Que se apegue o julgamento e a punição dos agentes da PIDE-DGS;
6. Que se tomem medidas para pôr cobro às conspirações e provocações contra-revolucionárias, verificadas base em que assinou o motim da PIDE-DGS.

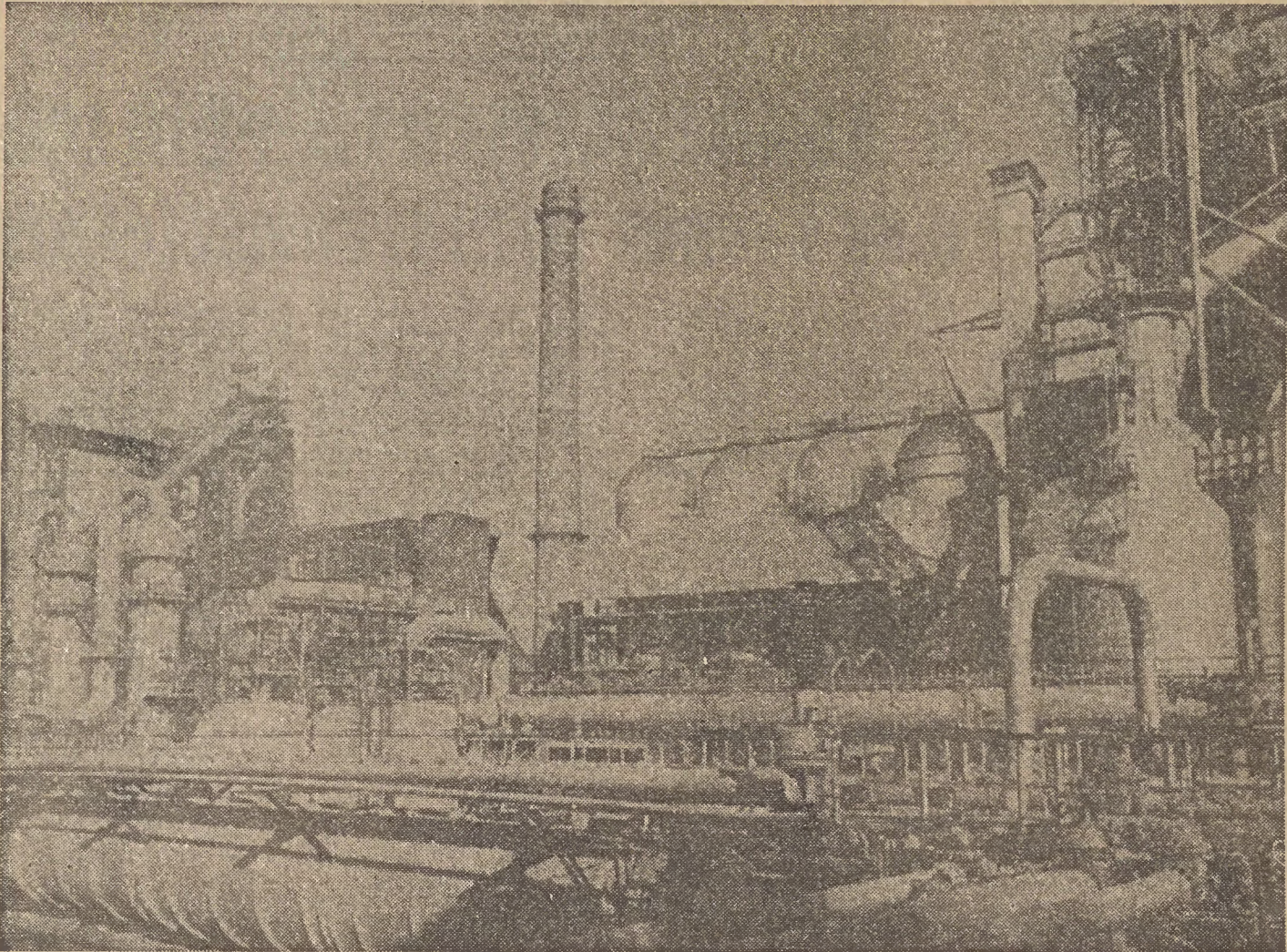
O PCP apela para o povo português, para que, mantendo grande serenidade, reforce a sua vigilância e intensifique a sua luta contra a reacção, de forma a assegurar o prosseguimento da democratização e a instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

5

O PCP manifesta a sua firme confiança em que este caso terá a solução que se impõe e dela serão tirados os devidos ensinamentos, em que a reacção e o fascismo serão completamente isolados e derrotados e a vitória final da democracia será assegurada pela aliança do Movimento das Forças Armadas com o movimento popular e as forças democráticas.

12 de Agosto de 1974

A Comissão Política do Comité Central do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Complexo siderúrgico de Galátsi. Em 1975 (final do quinquénio), 47 % da produção de aço da Roménia sairá daqui

ROMÉNIA SOCIALISTA NO SEU 30.º ANIVERSÁRIO

O povo romeno encontra-se em vésperas dum importante acontecimento — a comemoração, no próximo dia 23, do 30.º aniversário da sua libertação do jugo fascista e do início duma nova era.

Trinta anos passaram depois que o povo romeno, em

Agosto de 1944, tomando nas próprias mãos o seu destino, deu os primeiros passos num caminho que conduziu a profundas transformações revolucionárias, num caminho que mudou radicalmente a sua vida e a face do país. No decurso destes 30 anos, graças ao trabalho abnegado e aos esforços, graças à política do seu Partido profundamente enraizado nas massas e gra-

ças ao papel do campo socialista, nomeadamente da URSS, o povo romeno alcançou importantes vitórias.

Tendo herdado do passado uma economia débil e atrasada (em que sectores fundamentais estavam nas garras do capital imperialista estrangeiro), 40 % de analfabetismo no total da população, detentor igualmente de um dos mais baixos níveis de vida do mundo, tendo herdado uma cultura afastada do povo e privilégio apenas de alguns, a Roménia pode hoje, legitimamente, orgulhar-se do seu presente e olhar confiante para o futuro. Hoje, a Roménia é um país industrial-agrário em pleno desenvolvimento, com um elevado ritmo de industrialização, uma agricultura em pleno processo de modernização e uma cultura e uma ciência florescentes.

Do desenvolvimento da Roménia nestes 30 anos falam os seguintes números e dados: a produção industrial da Roménia é actualmente 28 vezes superior à de 1948 e a sua renda nacional é 10 vezes superior à desse mesmo ano. A parte que cabe à indústria na renda nacional é da ordem dos 65 %. Nos primeiros três anos do actual quinquénio (1971-1975) — a produção industrial aumentou na Roménia em 43,3 %, o que significa um ritmo anual médio de 12,7 % superior ao previsto para esse período. Um desenvolvimento particularmente impetuoso registaram ramos industriais tão importantes como a indústria de

construções mecânicas, electrotécnica e electrónica, indústria química, siderúrgica, etc. A Roménia possui uma indústria pesada poderosa. Em 1975 produzirá 10 milhões de toneladas de aço, passando a ocupar, então, o 14.º lugar no mundo. Particular atenção mereceu o sector da química. Em 20 anos (1951-1971), a indústria química romena registou o mais alto ritmo de desenvolvimento — 22,1 % — superior aos demais ramos da economia. (A nível mundial esta indústria registou, no mesmo período, um aumento de 5,3 vezes).

O desenvolvimento económico e cultural da Roménia foi acompanhado, como é natural, da elevação do nível de vida do seu povo. Nos últimos 25 anos o salário dos trabalhadores quase que quintuplicou, as receitas dos camponeses aumentaram mais de 3 vezes e, entre 1945 e 1973, foram construídas 3 milhões e 900 mil casas em todo o país.

O que acabamos de citar não é senão uma pálida imagem da Roménia socialista dos nossos dias, sobre a qual continuaremos a falar aos nossos leitores, dentro da ideia de lhes darmos a conhecer a vida nos países do campo socialista, que durante tantas décadas o povo português foi impedido pelo fascismo de conhecer melhor. Factor importante para esse conhecimento, tão profundamente sonhado e desejado, é, sem dúvida, o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e os países socialistas.

O FIM DE NIXON

Na noite de 8 para 9 de Agosto, 130 milhões de telespectadores norte-americanos viram em directo o discurso em que um presidente dos EUA, pela primeira vez na história do país, pediu a demissão do seu cargo. Durante dois anos, Nixon lutou para fugir a esse momento, que assinala o termo da sua carreira política pessoal e que ficará na história dos Estados Unidos como um marco da consciencialização do povo americano.

Tudo começou quando, em 17 de Junho de 1972, cinco homens foram surpreendidos a violar a sede do Partido Democrático, no edifício Watergate, em Washington. O caso, surgido em plena campanha eleitoral, foi a princípio considerado de pouca monta. Pronunciando-se sobre a ocorrência, o então secretário da Imprensa da Casa Branca apressou-se a desmentir qualquer hipotética ligação entre esse «arrombamento de terceira ordem» e a campanha para a reeleição de Nixon. Com o correr dos tempos, porém, novas revelações foram surgindo: cada momento que passava ia tornando mais claro o profundo envolvimento das mais altas esferas do Executivo norte-americano. De tal modo que acabaria por se provar que, logo no dia 23 de Junho de 1972, o próprio presidente discutia com os seus principais (e mais íntimos) colaboradores a melhor maneira de abafar o escândalo.

Durante as 115 semanas que o caso Watergate levou a chegar ao fim, houve uma autêntica razia nos mais altos postos da Administração americana. Uma revelação puxava outra, e um a um iam caindo da lama os mais «importantes» colaboradores do presidente Nixon. Defensores acérrimos da «lei e da ordem», partidários indefectíveis das «maiorias silenciosas», guardiões zelosos dos «superiores interesses da civilização ocidental» todos eles foram, pouco a pouco, escoreçados para o anonimato ou (mais crua e cruelmente, nalguns casos) julgados e condenados a prisão.

Na história recente dos EUA só um caso pode comparar-se a este, no que se refere ao despertar do povo americano para as duras realidades que tenazmente se ocultaram durante anos e anos, sob o manto diáfano do «american way of life» — a guerra do Vietnam. Também neste caso, os cidadãos dos EUA viveram a lenta agonia das mentiras obstinadas em luta perdida com as verdades inexoráveis. Também neste caso, os americanos viram a agonia das justificações morais, tentando sobrepor-se ao cinismo dos actos. Também neste caso, os cidadãos americanos foram, por fim, colocados ante uma reti-

Camarada: lê e difunde o AVANTE!
Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

ASPECTOS DA VIDA DIÁRIA NA RDA

O MÉDICO DA EMPRESA

«Prevenir é melhor que curar», dizem o fundidor Friedrich Böttcher e os seus colegas da empresa estatal de maquinaria pesada de Magdeburg, a propósito da vacina contra a gripe que acabam de fazer na empresa.

O médico da empresa, cargo hoje muito difundido na RDA, pertence a um sistema de assistência efectiva que coloca no centro dos seus esforços e preocupações a saúde dos trabalhadores.

A assistência médica aos trabalhadores, prestada através da empresa, conta actualmente na RDA com certa de 100 policlínicas, 252 dispensários e mais de 2000 médicos e enfermeiros. Sessenta e cinco por cento de todos os que trabalham na indústria ou nas cooperativas agrícolas têm assistência médica permanente.

O campo de acção do serviço médico industrial começa nos primeiros socorros, continua com o tratamento médico e a resolução de problemas relacionados com transferências para tarefas menos pesadas, quando a saúde dos trabalhadores o exige, e termina com o descanso dos trabalhadores em Casas de Repouso e Sanatórios.

A assistência médica prestada na empresa aos trabalhadores incide nas seguintes direcções principais: condições e normas higiénicas e sanitárias nos locais de trabalho, profilaxia, terapia e reabilitação. Cuidados especiais são dispensados aos trabalhadores de saúde mais débil ou em idade mais avançada. Cuidados preventivos rodeiam os doentes cardíacos, diabéticos, etc. Regularmente os trabalhadores são submetidos a exame radiológico, despiste de tuberculose e de tumores malignos, etc.

As empresas industriais estatais gastam anualmente mais de 160 milhões de marcos com a assistência médica aos trabalhadores e com as medidas de segurança no trabalho. Até 1975 despendirão cerca de 17 milhões de marcos só em medidas de protecção e higiene no trabalho, o que significa um aumento de 40 por cento em relação ao quinquénio anterior. O facto das doenças profissionais diminuir continuamente na República Democrática Alemã deve-se principal-

mente à intensificação do serviço médico nas empresas e às medidas de protecção no trabalho.

Uma resolução conjunta do Partido, do Governo e dos

Sindicatos da RDA, de Setembro de 1973, contém novas medidas para melhorar a assistência médica aos trabalhadores nos centros de trabalho. Entre outras coisas que essas medidas prevêm conta-se o aumento do número de especialistas e a construção e reconstrução, nos centros de maior densi-

dade industrial, de 15 policlínicas e dispensários. Uma atenção particular é dada nessa resolução à recuperação física e intelectual dos deficientes assim como à sua incorporação na vida social.

(Exclusivo da agência Panorama DDR para «Avante!»)



PROTECÇÃO À MATERNIDADE NA UNIÃO SOVIÉTICA

A maternidade na URSS é protegida e estimulada pelo Estado. O artigo 122 da Constituição da URSS enumera os principais tipos de assistência social e facilidades de trabalho que se concedem à mulher-mãe. Essas disposições da Constituição são desenvolvidas em vários actos legislativos.

Pela legislação básica da saúde pública, da URSS, são garantidos: cuidados médicos gratuitos às mães durante a gravidez, através dos consultórios especiais; assistência gratuita às parturientes nas maternidades; cuidados gratuitos quanto à saúde e ao desenvolvimento da criança através das clínicas infantis; o descanso e tratamento de gestantes e de mães com filhos de pouca idade em casas de repouso e sanatórios especiais; e os cuidados dispensados às crianças em creches e jardins de infância, etc.

Os cuidados gratuitos de médicos qualificados e o tratamento oportuno ministrados à mãe e à criança reduzem quase a zero os casos de morte por parto e a mortalidade de crianças de tenra idade.

Na União Soviética uma de cada três crianças em idade pré-escolar frequenta uma creche ou jardim de infância, pagando os pais menos de um quinto das despesas com a manutenção dos seus filhos nesses estabelecimentos.

O Estado ajuda também a mãe na educação dos filhos em idade escolar. Nas escolas existem grupos especiais, em que os alunos, sob a orientação de educadores ocupam o tempo depois de terminadas as aulas. As crianças soviéticas têm à sua disposição cerca de 3600 Palácios e Casas dos Pioneiros, cerca de 300 centros de jovens naturalistas, 142 centros de jovens técnicos, centros de turismo e excursão, escolas desportivas, estúdios de artes plásticas, conjuntos de música, etc.

Para as crianças débeis de

saúde, que necessitem de tratamento prolongado, existem escolas de tipo sanatório.

O Estado soviético concede às mães 112 dias de férias (56 dias antes do parto e 56 depois), com o pagamento completo do salário, independentemente do tempo de serviço.

A legislação da saúde pública prevê subsídios estatais às mães de prole numerosa.

As mães solteiras recebem subsídios mensais especiais, de acordo com o número de filhos que têm.

O amplo sistema de facilidades de trabalho estabelecidas para as operárias e empregadas pela legislação básica do trabalho e para as trabalhadoras dos kolchozes, (cooperativas agrícolas) pela legislação kolchoziana, faz com que a mulher concilie favoravelmente a maternidade com a participação na vida social e na produção. É proibida por lei a discriminação das mulheres-mães quanto ao emprego. Nenhuma administração de empresa tem o direito de negar-lhes o emprego ou diminuir o salário por motivo de gravidez ou amamentação do filho.

As mulheres grávidas e as que têm filhos (até um ano de idade) são transferidas para um trabalho mais fácil, conservando-se-lhes o salário médio. Estão ainda isentas do trabalho nocturno.

A administração de qualquer empresa não tem o direito de demitir esta categoria de trabalhadoras.

As mulheres-mães podem trabalhar, se quiserem, só parte da jornada de trabalho, sem que isso implique redu-

ção das férias anuais ou do tempo de serviço.

As mães que tenham filhos até um ano de idade têm direito a interromper o trabalho para a amamentação das crianças sendo esses intervalos considerados como tempo trabalhado e pagos à razão do seu salário médio.

Quando o filho não completar um ano, a mãe pode não trabalhar, se quiser, e esse período de tempo é considerado como trabalhado e ininterrupto, conservando-se-lhes o mesmo emprego, quando, ao fim deste espaço de tempo, vem para recomençar o trabalho.

Os interesses da mulher-mãe são protegidos também pela legislação soviética sobre a família e o matrimónio. De acordo com esta, a mãe que educa filhos depois do divórcio tem direito a uma pensão alimentar do ex-marido para os filhos até os filhos atingirem a maioria (18 anos).

A mulher que adopta uma criança tem os mesmos direitos estabelecidos por lei para as mães.

Na URSS as mulheres constituem metade de todos os trabalhadores incorporados na economia nacional. Este facto, só por si, mostra como as mulheres que trabalham têm, na URSS, garantidas todas as condições socioeconómicas.

(Especial para «Avante!» da agência sov. Novosti.)

Novos livros Estampa

JULHO
OBRAS ESCOLHIDAS DE GRAMSCI

2 volumes
Coleção Teoria, n.º 21 e 22
Preço: 100\$00

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

M. e J. Tailleur e B. di Crescenzo
Coleção Praxis, n.º 24
Preço: 80\$00

QUE FAZER?

Lénine
Coleção Praxis, n.º 12
Preço: 60\$00

CAUSAS DA II GUERRA MUNDIAL

Biblioteca Básica de Cultura, n.º 18
Preço: 30\$00

O CONCÍLIO DO AMOR

Oscar Panizza
Coleção Clássicos do Bolso, n.º 17/18
Preço: 50\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa I

«LIBERTAR ARISMENDI!»

Não é fácil escrever o que sente o povo nas paredes e nos muros. As forças repressivas podem surgir de um momento para o outro, podem matricular impunemente, podem deter, podem encarcerar, podem torturar, só pelo tremendo «delito» de reclamar a liberdade para quem dedicou a vida inteira a defender a causa do povo. Mas os filhos da classe operária e do povo não se detêm por toda a parte, espalham-se, fazem-se manifestações-relâmpago, paradas, assembleias. Por mil maneiras as massas exprimem o seu repúdio à ditadura. E, nessa acção, sente-se a presença do Partido Comunista que, com Arismen-

dia à cabeça, educa as massas na luta, chamando a si o posto mais duro e sacrificado no combate. Por isso, prenderam Arismendi. Por isso, ressoa o clamor pela sua liberdade.

Este extracto de uma carta que nos acaba de chegar do longínquo Uruguai, acompanhado da fotografia que publicamos, é um apelo lançado aos sentimentos de um povo que melhor do que nenhum conheceu por experiência própria o real valor da solidariedade.

Estamos certos de que o apelo que nos chega do Uruguai: «Libertar Arismendi!» encontrará eco entre os trabalhadores e o povo português.



OS EMIGRANTES PORTUGUESES APOIAM A DEMOCRACIA

—afirmação vibrante da manifestação no Estádio 1.º de Maio

Um povo reencontrado na democracia que se constrói, na liberdade que se conquista. Uma grandiosa jornada de unidade entre as forças populares e democráticas. Uma manifestação inequívoca de apoio ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas, que se expressaram num comício de massa, pela voz do general Costa Gomes e do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

Éis em que consistiu a grande manifestação de acolhimento aos emigrantes, realizada no passado dia 12, no Estádio 1.º de Maio.

Empurrados pela miséria, pela guerra colonial e pela repressão a que o fascismo condenava o povo, mais de 1 milhão de emigrantes deixou, ano a ano, num caudal sempre crescente, a terra natal. Impulsionados pelas perspectivas de liberdade e democracia desvendadas ao país após o 25 de Abril, milhares de emigrantes participaram, no passado dia 12, na festa-comício promovida pela Emissão dos Trabalhadores Portugueses (programa da ORTF dirigido pelo escritor Jorge Reis) e patrocinada pelo Movimento Democrático Português com o apoio do Partido Comunista Português, do Partido Socialista, do Partido Popular Democrático e da Intersindical.

Delegações de portugueses, vindos de vários países, começaram a concentrar-se pelas 13 e 30 horas e percorreram o trajecto até ao Estádio 1.º de Maio. As vozes saltaram-se num só tom de vitória. A presença das bandeiras de trabalhadores das Carras e outras concederam ao cortejo um ambiente de festa popular, onde a comção e a alegria se misturavam.

Que os emigrantes sejam os melhores propagandistas do País novo, apelo de Jorge Reis

Entre gritos, aplausos e cânticos se iniciaram os discursos dos oradores apresentados por Filipe Costa.

Jorge Reis, o primeiro orador da ORTF, saudou os membros presentes do Governo e os representantes do Movimento das Forças Armadas. Situando as raízes económicas do grosso da emigração, frisaria que o que se estava vivendo era o dia em que os emigrantes se sentiam verdadeiramente livres, terminando com um apelo aos emigrantes para que, no regresso aos países onde trabalham, fossem os melhores propagandistas do país novo.

Pelo Movimento Democrático Português, falaria o jornalista Ruben de Carvalho, de cujo discurso citamos algumas passagens:

Em toda a Europa, liberdade escreve-se hoje em português. Em todo o mundo, a paz é uma palavra portuguesa, mas que as responsabilidades daí resultantes nos obrigavam a «tarefas gigantes». Portugal libertado jogou-se nos campos, jogou-se nas fábricas, nas escolas, nos escritórios, no vazio do trabalho em terras estrangeiras. Mas hoje poderéis estar certos: esse vosso trabalho, esse vosso esforço não será o balão de oxigénio de um fascismo agonizante; será o contributo indispensável ao nosso Portugal libertado.

Abordando o problema da unidade, essa fermenta essencial para a gigantesca obra que temos à nossa frente, o representante do MDP diria: Esta unidade não pode ser apenas uma decisão de organizações políticas, tem de ser fundamentalmente a unidade política do povo, dos trabalhadores! (...) Cabe a todos nós, no dia-a-dia da política agora possível, mas principalmente necessária, construir essa unidade. Nas pequenas e nas grandes tarefas. A unidade das Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril tem de corresponder a unidade do povo que o continua!

Focando a unidade, sob o plano sindical, Graciete Caldeira, falando em nome da Intersindical Nacional, saudou os companheiros emigrantes, vítimas de desenfreada exploração capitalista e repressão fascista, forçados a procurarem em terras estrangeiras as condições que lhes eram negadas na sua pátria, declarando: Denunciaremos e combateremos firmemente todas as forças que, estranhas aos interesses dos trabalhadores, tentem provocar a divisão da classe trabalhadora e tentem travar o caminho do nosso Movimento Sindical Unitário e Independente.

Dirigindo-se, especialmente, aos emigrantes, Graciete Caldeira afirmou:

Tendes sido, camaradas emigrantes, alvo de uma intensa campanha, desencadeada por forças reaccionárias, procurando desacreditar o Movimento das Forças Armadas, o seu programa, o Governo Provisório e consequentemente o processo de democratização em curso.

Os trabalhadores portugueses manifestam uma vez mais a sua confiança na construção da democracia em Portugal e alertam as camaradas emigrantes para tais manobras.

Ides regressar aos países onde trabalhaiis e, lá, importantes tarefas vos esperam. —Denunciar e combater todas as manobras reaccionárias tendentes a impedir o avanço da nossa jovem democracia;

—Participar conjuntamente com os vossos camaradas de trabalho na vida sindical como garantia da defesa dos vossos direitos e como forma de solidariedade entre todos os trabalhadores;

—Esclarecer que os trabalhadores são os principais

interessados na construção da Democracia em Portugal, e para isso não se pouparão a sacrifícios e esforços ao contrário do que pretendem as forças reaccionárias interessadas no regresso do fascismo a Portugal.

Os trabalhadores portugueses estão conscientes e firmemente decididos a não permitir o regresso do fascismo.

Camaradas, Unidos, organizados e solidários conseguiremos construir a democracia em Portugal.

Problemas dos trabalhadores emigrados enunciados por um operário da Renault

Representando os trabalhadores emigrantes, José Manuel Nunes, operário da

Renault em Paris, proferiu no seu discurso:

Os trabalhadores emigrantes saudam o glorioso Movimento das Forças Armadas, o povo fardado, que soube interpretar os verdadeiros anseios do povo português, dando termo a odiosa ditadura fascista que pela repressão oprimiu o nosso povo durante 48 anos e levou à expatriação de cerca de um milhão e meio de portugueses a quem foi negado o pão e a liberdade.

Nós saudamos as forças democráticas que ao longo da noite fascista lutaram consequentemente, pagando uns com a própria vida e outros passando largos anos nas masmorras da criminoso PIDE/DGS, e ainda outros que foram forçados ao exílio.

Nós saudamos o Governo Provisório e confiamos que o Programa Político do Mo-

vimento das Forças Armadas será agora respeitado, a fim de continuar o processo de democratização iniciado no nosso país depois do vitorioso 25 de Abril.

Como trabalhadores emigrados, naturalmente, temos problemas particulares, que num futuro mais ou menos próximo serão certamente encarádos com o devido respeito pelo Governo Provisório.

Assim, passamos a enumerar os que nos parecem mais importantes e urgentes, para os quais nós, por nosso lado, não pouparemos esforços para encontrar a devida solução:

1. SANEAMENTO NAS EMBAIXADAS E CONSULADOS;
2. REVISÃO DOS ACORDOS EXISTENTES COM OS RESPECTIVOS PAÍSES ONDE TRABALHAMOS;
3. ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA AOS NOSSOS FILHOS, COM CRIAÇÃO FUNDAMENTAL PARA QUE ELES NÃO DEIXEM DE SER PORTUGUESES;
4. DIREITO DE VOTO PARA TODOS OS EMIGRANTES, INCLUINDO OS ANALFABETOS;
5. CRIAR CONDIÇÕES POR INTERMÉDIO DA

CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, A FIM DE CANALIZAR AS NOSSAS REMESSAS OU ECONOMIAS, A FIM DE SUBTRAIR ESSE PRODUTO DO NOSSO TRABALHO A EVENTUAIS DESVIOS QUE NÃO SIRVAM OS INTERESSES DO POVO E DE PORTUGAL.

Do PPD esteve presente Alfredo Morgado que, na sua intervenção, falaria da definição do direito de voto aos emigrantes, por forma a serem abrangidas amplas camadas de portugueses residentes no estrangeiro.

Em nome do Partido Socialista, Alberto Teixeira Ri-

esta entregue a desordem, antes pelo contrário. Qual é o país no mundo que se pode orgulhar de ter feito uma revolução tão profunda sem um único tiro? Qual é o país do mundo que se pode orgulhar que em três meses depois de uma revolução que derrubou um regime opressivo de 50 anos, não haja desordem nem desacatos nas ruas, haja, antes, o maior civismo? Isto só é possível porque o Governo tem atrás de si o povo de Portugal. Esta é que é a nossa verdadeira garantia de paz e de tranquilidade, ao contrário do que dizem os nossos inimigos. O Movimento das Forças Armadas, o nosso pro-

balho, trabalho e mais trabalho. Prometemos, sim, e já estamos a caminho disso, é fazer justiça social. Mas, para que essa justiça social possa ser feita, é preciso de facto que haja trabalho que produza, que produza rendimento que possa ser distribuído mais equitativamente por todos os portugueses. Exortamos, pois, a que não sejais impacientes. Nós estamos procurando condições para que amanhã os vossos filhos e os vossos netos não tenham necessidade de emigrar para o estrangeiro. Neste momento, essas condições não estão realizadas. Nós só prometemos, da nossa parte, que empenhamos nessa realização o nosso trabalho e

tivestes agora oportunidade de encontrar verdadeiramente o nosso país, um país livre onde todos os portugueses poderão viver em verdadeira liberdade, construindo a sua própria vida.

Não haverá democratização sem se resolver o problema da emigração

Seguiu-se no uso da palavra Pedro Coelho, secretário de Estado da Emigração, organismo que, após o 25 de Abril, se distingue na programação de uma real política capaz de conduzir os emigrantes à participação democrática, e que apoiou esta vibrante recepção aos portugueses emigrantes.

O povo reencontrou o rosto da amizade

José Manuel Nunes, operário da Renault, fala-nos, enquanto se inicia o espectáculo que culminará a manifestação de recepção aos representantes de mais de 1 milhão de portugueses, que é essencial ganhar para a causa da liberdade, da democracia e da paz:

—Somos na Renault cerca de 1200 trabalhadores portugueses. Calculo que estaremos aqui umas centenas. Pensamos, no regresso a França, continuar a divulgar o que se passa no nosso país, o dia que vivemos hoje, de modo a levar todos a trabalhar para um Portugal livre e democrático. Temos consciência da importância da nossa tarefa. A reacção não se cansa de lançar os boatos mais reaccionários: «Vocês não mandem o dinheiro para lá, se não nunca mais o veem». O nosso dever é combater isto por todos os meios ao nosso alcance e com a ajuda de organizações democráticas, a ajudar o Governo, de modo a que mais depressa se solucionem os problemas e mais depressa possamos voltar.

Um facto que me impressiona é a amizade, a camaradagem que se vê nas pessoas. A malta agora é aquilo que era. O fascismo é que não nos deixava mostrarmos como éramos. Acorrentou-nos durante 50 anos. Mas agora podemos encontrar o nosso rosto, o rosto da amizade.

É neste rosto reencontrado, no ombro a ombro da mesma batalha, na união de um povo que o fascismo dividu expulsando pela fome e a opressão, anualmente, 3 por cento da mão-de-obra activa, na unidade reafirmada das forças populares e democráticas, na aliança reforçada com o Movimento das Forças Armadas e no apoio ao Governo Provisório, que todos os portugueses reconstruirão o país que nos foi entregue arruinado.

DISCURSO DE SÉRGIO VILARIGUES MEMBRO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Amigos e camaradas. Nesta magnífica jornada unitária de apoio ao Movimento das Forças Armadas, ao Governo Provisório e às forças democráticas, em nome do Partido Comunista Português, saúdo em voz tão alta aqueles que o fascismo forçou a abandonar a Pátria, todos os que a emigração marcou com os seus dramas e viram no 25 de Abril abrir-se diante de si um horizonte de esperança.

Partilhemos o vosso entusiasmo e confiança. Vitoriosos convosco, a liberdade conquistada após meio século de exploração e opressão fascista. Convosco, queremos voltar a saudar com alegria a dupla vitória sobre o fascismo e o colonialismo, recentemente alcançada pelo povo português e pelos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola: o reconhecimento por Portugal do direito à autodeterminação e independência dos povos que têm estado sob o seu domínio colonial.

O glorioso 25 de Abril fez despojar a aurora da democracia em Portugal. Desde então, graças à unidade das forças democráticas e das massas populares e à aliança destas com as Forças Armadas, importantes passos foram dados no caminho da democratização da nossa pátria. Novas conquistas estão ao nosso alcance se esta unidade e aliança se mantiverem e reforçarem cada vez mais.

O regime fascista foi incapaz de resolver um só dos grandes problemas nacionais.

A ruína herança que deixou ao povo português e ao país é particularmente pesada para os trabalhadores, tanto para os que ficaram como para os que partiram e querem regressar. Na batalha pela liquidação de tal herança, pelo progresso económico e social do País, os trabalhadores portugueses, dentro ou fora de Portugal, têm interesses comuns. Por isso, devem dar-se firmemente às mãos e lutar unidos pelos mesmos objectivos.

Em conjunto com todas as forças democráticas e verdadeiramente patrióticas, com a classe operária e as massas trabalhadoras em primeiro lugar, o Partido Comunista Português trabalha e trabalhará activamente por uma política de desenvolvimento para que seja vencido o atraso que nos separa dos países mais desenvolvidos, pela rápida elevação do nível de vida do povo português, para que, finalmente, seja possível construir o país que todos desejamos: um país onde possam trabalhar e viver dignamente todos os portugueses. Existem condições reais para alcançar tais objectivos e nada nos afastará deste caminho.

O Partido Comunista Português luta e lutará para que todos os portugueses que o desejarem possam regressar passo a passo a Portugal, onde se estão lançando os alicerces para a construção dum país novo, mas onde não existem condições imediatas para o acolhimento de todos os seus filhos espalhados pelo mundo.

O Partido Comunista Português considera que uma condição primeira e essencial a atingir na via da democracia e do progresso social é a consolidação das condições democráticas já alcançadas e o avanço para novas conquistas até à realização duma Assembleia Constituinte que permita ao povo português escolher os governantes e o regime que deseja.

Camaradas e amigos: Há razões para afirmar que as forças reaccionárias e fascistas, dentro e fora do país, com o

apoio de círculos da reacção internacional, estão a mover-se e a actuar contra a democratização do nosso país, contra a construção de um Portugal que possa dar pão, liberdade e cultura a todos os seus filhos.

Os que ontem, sob o regime fascista, hipotecaram a nossa Pátria e a colocaram sob a dependência do imperialismo são os mesmos que hoje, dentro e fora de Portugal, levam a cabo, subterrânea e abertamente, uma acção sabotadora com vista a levar o país ao caos económico e a criar desconfiânças no processo democrático que nele está em curso.

O fascismo fez de Portugal um país exportador de mão-de-obra barata. As remessas dos emigrantes, fruto de incalculáveis privações e sacrifícios, serviram, nos últimos 12 anos, para alimentar a criminosa política antipopular e antinacional do regime fascista e a avidez de lucros dos grupos monopolistas de que este foi sempre serventório.

No preciso momento em que as economias por nós amanhadas com tanto custo poderão e deverão, sob completa garantia do Estado, contribuir para o desenvolvimento do país, os agentes da banca e dos grupos monopolistas vêm dizer-vos que não deveréis enviar dinheiro para Portugal, porque assim o perderdes e aconselharm-vos a que o deixeis no estrangeiro. E vão mais longe: retem escandalosamente grande parte das vossas economias depositadas em sucursais de alguns bancos ditos portugueses no estrangeiro; espalham boatos de que em Portugal existem os piores males e tumultos diários que podem pôr em risco a vida dos turistas; inventam e propagam toda a espécie de mentiras e calúnias contra o processo democrático em Portugal.

Há que responder a toda esta vasta campanha antinacional. Os criminosos propósitos dos inimigos do povo trabalhador e de Portugal exigem vigilância e combates constantes até os desbaratar. Há que manifestar firme confiança na democratização em curso no país e contribuir com todas as nossas forças para a sua plena realização. Os trabalhadores portugueses, onde quer que se encontrem, devem apoiar activamente o Programa do Movimento das Forças Armadas e agir para que ele seja integralmente realizado nos prazos previstos. Devem apoiar o Governo Provisório e todas as forças democráticas que lutam sinceramente pela vitória completa da democracia em Portugal, pelo progresso económico do país, por uma vida melhor para o povo português. A realização desta tarefa é sem dúvida difícil. Mas está ao nosso alcance se todos soubermos manter-nos firmes e unidos, dentro e fora do país.

O Partido Comunista Português, pela sua parte, como sempre o tem feito até aqui, não poupará esforços nem cansará para que tais objectivos possam ser alcançados num futuro próximo.

Importantes passos na luta contra a exploração

Amigos e camaradas:

Sabemos como são duras as condições de vida e de trabalho dos emigrantes portugueses nos países capitalistas, onde vão ajudar a criar riqueza mas são superexplorados, submetidos aos trabalhos mais penosos, muitas vezes alojados em péssimas con-

dições, vítimas de numerosas discriminações, nomeadamente, em matéria de salários, seguros sociais, ensino dos filhos. Esta situação foi particularmente grave nos primeiros tempos, enquanto os trabalhadores portugueses desconheciam a luta sindical. Porém, nos últimos anos, foi melhorando progressivamente, com a ajuda de organizações sindicais e partidos progressistas desses países.

Ao lado dos seus irmãos de classe dos países onde se fixaram ou por sua iniciativa própria, os trabalhadores portugueses têm de dar importantes passos na luta contra a exploração.

A necessidade de se unirem e organizarem nos sindicatos dos países onde se encontram é hoje tão imperiosa como ontem. 50 unidos e organizados, no espírito do internacionalismo proletário e da solidariedade de classe, os trabalhadores podem fazer valer os seus direitos onde quer que se encontrem.

Além da desenfreada exploração de que são vítimas longe da sua pátria, outras adversidades atingem os trabalhadores emigrantes no estrangeiro, como se o tivessem deixado. As representações diplomáticas e consulares portuguesas estão longe de ser um espelho do Portugal democrático que todos estamos empenhados em construir. Os trabalhadores continuam a encontrar ali muitas dificuldades e incompreensões.

Estamos convencidos de que o Governo Provisório não deixará de tomar as medidas adequadas de saneamento para que os consulados passem a ter os seus problemas resolvidos com centros acolhedores, onde os trabalhadores sejam tratados com respeito e eficiência.

Da mesma forma é preciso que seja radicalmente modificado o acolhimento reservado aos emigrantes que vêm visitar ou regressar ao país. As suas longas viagens devem passar a decorrer em novas e melhores condições.

Nas regiões fronteiriças, a total falta de condições de salubridade e higiene, que é hoje moda corrente, deve dar lugar à criação de risonhos centros de hospitalidade, condizentes com a alegria dos que visitam ou regressam à pátria.

Amigos e camaradas:

As conquistas alcançadas pelo povo português no caminho da democracia após o 25 de Abril, são, em si mesmas, uma vitória, mas não devem permitir que se sejam progressivamente melhoradas as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses, onde quer que se encontrem. Por sua parte o Partido Comunista Português tudo fará para que assim seja.

Tal como até aqui, o Partido Comunista Português não poupará esforços em defesa dos interesses económicos, sociais e políticos dos emigrantes portugueses nos países onde vivem. Luta e lutará para que sejam cada vez mais estreitos os laços culturais que os ligem à mãe-pátria. Luta e lutará para que finalmente sejam postos ao serviço do povo português e do país todas as forças e capacidades criadoras de todos os seus filhos.

Avante, pela construção de um Portugal democrático, próspero e independente!

Viva a unidade das forças democráticas e das massas populares e a sua aliança com as Forças Armadas!

Viva o Governo Provisório! Viva o Movimento das Forças Armadas!

Vivam as forças democráticas! Viva Portugal democrático!



A caminho do Estádio 1.º de Maio

beiro focou a necessidade de lutar contra as calúnias que a reacção lança no estrangeiro junto dos emigrantes, lembrando que, em virtude das condições políticas e sociais dos países onde trabalham, a possibilidade de concessão de voto aos emigrantes deve ser encarada com cautela.

Os emigrantes que aqui estão aderem de alma e coração ao programa do MFA

Saudado com grande entusiasmo, o general Costa Gomes abordou os pontos do Programa do MFA relativos ao processo de democratização do País, à questão colonial, cuja única solução, sublinhou, foi a anunciada pelo Presidente da República no seu discurso de 27 de Julho. No seu discurso, o general Costa Gomes, dirigindo-se aos emigrantes, disse:

A vossa presença diz-nos que todos os emigrantes que aqui se encontram aderem de alma e coração ao Programa do MFA.

Referindo-se às Forças Armadas, este destacado elemento do Movimento, declarou:

As Forças Armadas portuguesas são o povo em armas, como disse o sr. Primeiro-Ministro várias vezes. Pois esse povo em armas mais não fez do que exprimir e resolver um problema que estava no coração de todos os portugueses e que Abril se conquistassem todas as liberdades a que todos aspiravam.

Contribuição dos emigrantes à unidade democrática nas palavras de Vasco Gonçalves

O Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, calorosamente aplaudido pelos manifestantes, afirmou a certa altura:

A vossa presença aqui é um testemunho bem vivo de que confiais no Movimento das Forças Armadas, no Movimento do 25 de Abril. A vossa presença aqui é um testemunho bem vivo de que continuais a ser portugueses onde quer que trabalhaiis — e vos trabalhaiis no duro.

Nós herdamos uma pesada herança do fascismo. As condições em que viemos encontrar Portugal eram mesmo piores do que aquelas que supúnhamos. A nossa frente temos um árduo período de trabalho, temos um período de sacrifícios, que deve ser de todos os portugueses, sem distinção de classes, de fortuna, de credos políticos.

Sem o trabalho de todos não será possível Portugal deixar de ser um dos países mais atrasados da Europa. Para que se arranque do estado em que nos encontramos também é preciosa a ajuda e o trabalho dos nossos emigrantes. Os nossos emigrantes devem ter confiança que o País não está entregue ao desbarato, não

gramma respeita o direito de todos os cidadãos. Nós fizemos o movimento para restituir aos cidadãos os direitos inerentes à pessoa humana. O Governo, que é produto de um movimento destes, só pode desejar a tranquilidade, a paz pública, a ordem nas ruas, a ordem nos espíritos que faz que exista hoje a ordem nas ruas. Vós vindes à vossa terra: podeis ir contar ao mundo o que vistes em Portugal. Essa é uma grande contribuição que poderéis dar ao reforço da nossa unidade, à consolidação das liberdades democráticas: é contar a verdade e só a verdade. Muitos dos nossos compatriotas, tal era o sofrimento e a opressão a que estavam submetidos, há tantos anos, julgaram, que de um dia para o outro, como que se o Messias tivesse vindo à terra, poderiam passar a ser um formidável país de nível económico e social elevado como os países em que viveis. Mas isso não é possível. Nós temos de trabalhar, e de trabalhar muito, para podermos conseguir esses níveis de vida. Temos de ser realistas. Não é de um dia para o outro que um país passa da cauda da Europa aos níveis mais avançados dos países em que viveis. Isso tem de ser obra de todos os portugueses e de alguns sacrifícios, para que possamos passar esta fase difícil da nossa história, uma fase que não fomos nós que a criámos, mas uma que nos criou problemas que nós temos que resolver. Por isso, eu exorto os portugueses a que não sejam impacientes, que sejam conscientes, que se dediquem sobre os problemas da sua pátria, que os analisem; por isso eu exorto os partidos políticos a uma ampla acção pedagógica de unidade e que neste momento seja sobretudo a unidade que defendam, a unidade no esclarecimento dos graves problemas que temos a resolver. Lá chegaremos ao período eleitoral. Todas as lutas em que nos possamos meter, lutas de carácter partidário e dentro do melhor espírito e intenções, nós temos que ter presente que hoje a luta principal é a de reconstrução de um país que nos foi entregue arruinado. De modo que, se queremos desenvolver e consolidar a democracia em Portugal, temos acima de tudo de ser unidos, porque o povo unido jamais será vencido.

Nós não fazemos promessas demagógicas, nós só prometemos a nossa pátria tra-

a nossa honra para que, mais tarde, isso possa acontecer.

Encontro com um país livre onde os portugueses poderão viver em verdadeira liberdade

O ministro do Trabalho, Costa Martins, referiu a situação caótica do País, fruto da herança do fascismo que só o sacrifício e o apoio do povo pode apagar, construindo um país novo, motivo de orgulho de todos os portugueses. E acrescentou:

A experiência adquirida pelos emigrantes, em países evoluídos, muito poderá contribuir para estimular o desenvolvimento da nossa terra.

Depois de um período de expectativa que certamente surgiu nos vossos espíritos,

APOIO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO À INDEPENDÊNCIA AOS POVOS COLONIAIS

Cartas, telegramas, saudações, moções têm chegado à redacção do «Avante!», apoiando o reconhecimento do direito à independência aos povos das colónias portuguesas.

Um dos telegramas diz: «Comunistas portugueses radicados Angola saúdam camaradas Partido hora sublimem próxima libertação povos coloniais dentro política seguida PCP. Estaremos alerta contra reacção imperialismo internacional.

Viva Angola Livre! Viva Movimento Comunista Internacional!

Numa carta, datada de 8 de Agosto e vinda de Luanda, diz-se:

«De Angola escreve-vos, pela primeira vez, um camarada de luta. A luta do povo angolano e a luta das forças progressivas de Portugal teve acções paralelas contra o inimigo comum: o fascismo e o colonialismo. O povo angolano no regozijou-se com a vitória do Movimento das Forças Armadas que, a 25 de Abril, derrubou o regime fascista de Salazar-Caetano. A vitória do MFA que, assim, tornou legal as acções do Partido Comunista Português, foi um passo decisivo para a instauração da liberdade aos povos

de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Sou um leitor assíduo do «Avante!» e, camaradas de luta, sinto-me bastante satisfeito por ser um leitor do vosso jornal. O «Avante!» é muito procurado em Luanda, principalmente pela juventude angolana de que sou elo.»

(...) «Nós, os angolanos — escreve o nosso leitor a terminar a sua carta —, contamos sempre com o apoio dos militantes do PCP e, nesta hora grave que vivemos nos musseques de Luanda, nesses massacres em massa, cruéis e sangüinários, de que somos alvos, perpetrados pelos fascistas e ultra-reaccionários, ultra-assassinos a soldo do imperialismo, o povo angolano conta com a ajuda, com o apoio, com a determinação dos camaradas do PCP.»

SEARA NOVA

N.º DE AGOSTO

A SITUAÇÃO POLITICA E AS NOVAS PERSPECTIVAS

por Fernando Corriá

ACERCA DO PEQUENO COLONIALISMO

por Modesto Navarro

ALGUNS ASPECTOS ACTUAIS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

por Edgar Valle

A EDUCAÇÃO POLITICA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

por José Esteves

DE LESTE A OESTE

NOVIDADE

—TRÊS ELEIÇÕES—

GRÁ-BRETANHA, BÉLGICA E FRANÇA

por Sérgio Ribeiro

QUE AS ACOMPANHOU A PAR E PASSO E DELAS FAZ LUCIDAS ANÁLISES

Esc.: 50\$00

PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa

DESENVOLVE-SE NO CHILE A RESISTÊNCIA CLANDESTINA

—entrevista com dois dirigentes da Central Única dos Trabalhadores

H OJE o Chile é um símbolo da tirania brutal. É uma bandeira da resistência popular e da unidade democrática, para reconquistar o país oprimido.

Vozes do Chile que resistem foram ouvidas pelo «Avante!»: as dos camaradas Rolando Calderon, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores e Eduardo Rojas, vice-presidente daquela organização.

Os olhos escuros de Calderon escondem uma marca da repressão que lhe atingiu um dos olhos, na altura em que se encontrava escondido na embaixada sueca. Esteve internado num hospital civil. Mas os fascistas que dirigem actualmente o Chile fizeram-no transferir para um hospital militar. Aí foi torturado durante 50 dias. Uma página do grande drama que não cessa de sacudir o povo chileno, roubando a vida a milhares dos seus filhos.

O inimigo está preocupado com os progressos da frente antifascista

«AVANTE!» — Camaradas, é para nós um motivo de grande satisfação falar convosco. O Chile ocupa um lugar de honra na luta dos povos pela democracia. Neste momento porém encontra-se sob a vaga do terror fascista. Seria de muito interesse para os trabalhadores e democratas portugueses conhecer a situação política que se vive actualmente no Chile.

ROLANDO CALDERON — É sabido que o golpe contra as instituições democráticas do Chile significou um retrocesso no domínio económico, político e social para o povo chileno. Nenhum dos governos reaccionários que dominaram o nosso país tinha estabelecido um regime fascista. A Junta Militar estabeleceu esse regime, que afogou em sangue a experiência da Unidade Popular.

Portugal conheceu o fascismo. Nós, embora soubéssemos que era um tal regime no campo internacional, nunca lhe tínhamos sofrido as consequências.

Operou-se um nítido retrocesso em todos os domínios, com o triunfo do golpe de Estado. Diminuiu em 50 por cento o poder aquisitivo dos trabalhadores e dos membros das profissões liberais. A Junta Militar estabeleceu o poder dos monopólios. Muitas indústrias que tinham passado para as mãos do povo do Chile foram entregues aos monopólios internacionais. Esta política não fez apenas sentir sobre os ombros dos trabalhadores mas sobre outros sectores da população. Intensificou a exploração da classe operária e liquidou também muitos pequenos e médios industriais. Certos sectores que apoiaram inicialmente o golpe fascista, revoltaram-se contra a política da ditadura, porque puderam verificar as suas desastrosas consequências. O poder de compra da população reduziu-se extraordinariamente. Uma família de 4 filhos, por exemplo, carece de pão, e só pode comprar meio quilo de um alimento de amplo consumo. Os pequenos e médios camponeses são igualmente golpeados pela política da Junta Militar, que favorece os grandes agricultores e as sociedades multinacionais.

Esta política contribuiu para o isolamento da Junta Militar. Os partidos democráticos no seu conjunto começam a converter-se na força

fundamental que impulsiona a resistência chilena sobre a base de uma larga frente. Criaram-se as condições para que a unidade antifascista se desenvolva e consolide. Fizemos grandes progressos neste domínio.

O inimigo está preocupado com os progressos da frente antifascista. Os resultados da sua política económica preocupam também a Junta. Necessitamos antes de mais de reforçar a unidade das forças democráticas do Chile, de fazer progredir a sua luta. Mas necessitamos também da solidariedade internacional.

As duas fases da resistência chilena

EDUARDO ROJAS — A resistência no Chile passou por duas fases fundamentais: a primeira centrou-se em torno do desenvolvimento da organização clandestina, quer do movimento popular na base da organização dos partidos da classe operária quer do movimento sindical. Podemos dizer que neste momento a organização clandestina já alcançou um nível de certa importância.

A segunda fase do desenvolvimento da resistência diz respeito à organização da propaganda antifascista de massas, isto é, da propaganda que se faz através do contacto directo nos locais de trabalho, nos meios rurais, nas fábricas.

Por ocasião do 1.º de Maio os partidos da Unidade Popular distribuíram em todo o Chile, num só dia e simultaneamente, uma declaração política. Essa declaração foi publicada em diversos jornais da Europa, em Paris e outras cidades. Está criada no Chile uma ampla frente antifascista. A linha divisória é entre o povo e os seus inimigos. Já não é entre o Governo Popular e os que estão contra o Governo Popular, mas sim entre os que estão pela democracia e os que se encontram ao lado da ditadura e do fascismo. Por isso, a aliança é muito maior do que foi no tempo do Governo de Unidade Popular. Esta aliança inclui os partidos da Unidade Popular e também o Partido Democrata Cristão que se encontrou na oposição ao Governo de Unidade Popular. Inclui igualmente alguns sectores de esquerda que tinham uma posição de discordância em relação ao Governo de Unidade Popular.

Esta aliança tem como inimigos o imperialismo, a burguesia mono-

polista e os grandes agrários e como objectivo político a supressão da ditadura fascista.

Esta ditadura está minada de contradições internas. Mas estamos convencidos que a ditadura não cairá por si, como produto das suas próprias contradições, mas cairá pela acção do povo, pela força das massas populares, pela força política e material da resistência chilena.

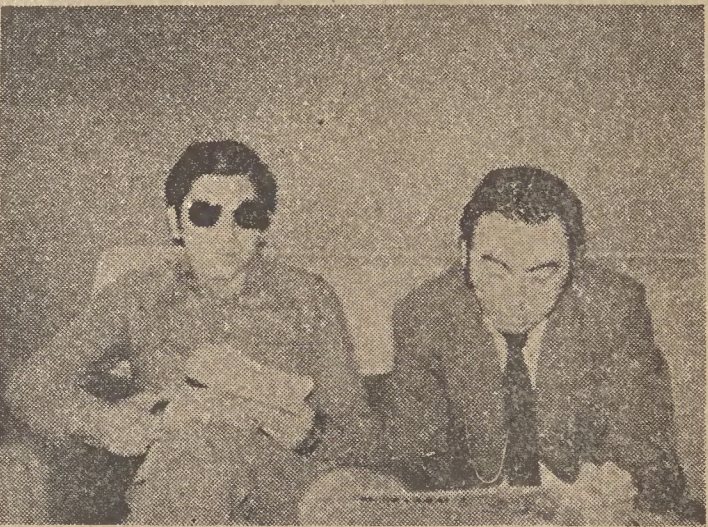
Hoje coloca-se como primeira tarefa, no interior do país, a defesa dos direitos humanos, o respeito pela vida dos presos políticos, o fim do estado de guerra interna. É tarefa urgente atar as mãos aos assassinos.

A segunda grande tarefa consiste na luta pelos direitos democráticos e sindicais, liquidados pela ditadura. Consiste na luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores, na luta contra o deslucido dos preços e salários, na luta contra o desemprego.

O sector camponês e dos trabalhadores agrícolas foi fortemente golpeado pela ditadura. Aqui as dificuldades têm sido maiores para organizar a resistência clandestina. Mas existe uma real e tenaz vontade para reforçar a frente antifascista e o movimento sindical.

O valor da experiência portuguesa

«AVANTE!» — Camaradas, falamos convosco num momento histórico em que se regista uma vitória sobre o fascismo no nosso país obo-



Rolando Calderon e Eduardo Rojas. Os olhos escuros de Calderon escondem uma marca da repressão, que lhe atingiu uma vista

do pelo MFA na madrugada do dia 25 de Abril.

Qual a vossa opinião sobre a realidade política em Portugal?

ROLANDO CALDERON — Como trabalhadores chilenos, como parte integrante do movimento operário internacional apreciamos grandemente a experiência dos trabalhadores e do povo de Portugal no presente momento.

Essa experiência é antes de tudo uma experiência portuguesa. O êxito dessa experiência é igualmente um êxito dos trabalhadores e dos povos de todos os países. Nós estamos profundamente interessados pela experiência portuguesa. Alguns dos erros cometidos pela Unidade Popular no Chile estão sendo tomados em consideração na experiência portuguesa.

Existe realmente uma unidade no Movimento Democrático Português. Existe uma forte unidade entre comunistas e socialistas. Existe a aliança entre o Movimento das Forças Armadas e o movimento das forças democráticas.

A nossa experiência demonstrou-nos que quando se debilita a unidade democrática e quando se reforça a unidade das forças reaccionárias se criaram as condições para o golpe militar no Chile.

Podemos dizer-vos que nos sentimos satisfeitos pelos progressos alcançados no domínio da unidade entre vós. E já bastante forte e contínua a fazer esforços para consolidá-la, o que é decisivo.

Um sistema amplo de alianças

O Movimento Democrático Português repousa sobre um sistema amplo de alianças, que mobiliza os sentimentos patrióticos das massas populares e assenta nas aspirações democráticas de grande parte da população.

A ampla frente criada exprime-se na força do movimento de massas que apoia o processo democrático em curso.

Alegria constatar essa grande aliança, essa potente força de massas que se opõe ao regresso do fascismo.

Saltamos ainda da experiência portuguesa a acção das massas e dos partidos democráticos contra o «espontaneísmo». Nós conhecemos os resultados de uma tal acção e

por isso consideramos do maior interesse que as massas não caiam na luta reivindicativa espontânea porque daí podem resultar grandes prejuízos para as perspectivas do movimento democrático no vosso país.

No Chile defrontamos uma situação em que as reivindicações económicas formuladas não tinham em conta as reais possibilidades da economia nacional para responder ao elevamento do poder aquisitivo das massas.

Essa acção foi empreendida por nós com êxito, o que demonstra por um lado o nível de consciência das massas trabalhadoras portuguesas e a confiança que depositais nelas. Esse facto reforça o desenvolvimento do processo democrático em Portugal.

Consideramos de grande interesse a unidade entre o Movimento das Forças Armadas e o movimento das forças populares e democráticas. Aqui reside um aspecto particular da experiência portuguesa. É facto notório que no seio das Forças Armadas se desenvolveu uma corrente de inspiração antifascista, bem definida. As consequências de uma tal situação não se fazem sentir somente em Portugal mas noutros países.

Essa tomada de consciência das Forças Armadas está também ligada ao drama da guerra colonial, que Portugal viveu durante mais de uma década de anos.

Vemos que o Movimento das Forças Armadas também é claramente anticolonialista. É uma outra característica muito positiva da experiência portuguesa actual.

«Um povo livre que tomou a História nas suas mãos»

EDUARDO ROJAS — Tivemos ocasião de ver nestes dias o nível da consciência da classe operária e do povo português. Esse nível de consciência permitirá alcançar os objectivos que se têm em vista, permitindo implantar em Portugal um regime verdadeiramente democrático.

Essa consciência popular vê-se nas ruas, nas reuniões públicas, nos comícios, nas manifestações de massas. Trata-se de um povo livre que tomou a História nas suas mãos e que está confiante na sua própria força para avançar. Essa confiança é uma grande força sobretudo quando pensamos que há três meses este povo viveu ainda na noite fascista. Um povo que viveu essa dura experiência deve saber prezar a grande conquista da liberdade e da democracia e não pode esquecer o fascismo.

Esta confiança não é abstracta, pois nós sabemos que os camaradas portugueses têm preocupações com a presente situação e estão atentos às manobras do inimigo. Sabem que os imperialistas, os grandes agrários, os fascistas não descansam, como não descansaram no Chile. Eles fazem todo o possível para recuperar o que perderam. Sabemos como começa a desenvolver-se a sabotagem económica organizada, no vosso país.

As forças reaccionárias encontram, como no Chile, a ajuda valiosa dos pseudo-revolucionários. No Chile, no momento em que a sabotagem económica atingia o seu nível máximo, grupos de «esquerdas» apareciam a impulsionar os trabalhadores para que estes desenvolvessem lutas reivindicativas por aumento de salários, na escala de 300 e 400 por cento. Este facto viria a reflectir-se no agravamento da situação económica do país.

No Chile, as acções das forças reaccionárias coincidiram com as acções dos «esquerdistas». Isto quer dizer que na prática estes indivíduos ajudam as manobras e os planos das forças da reacção.

Esperamos que a experiência chilena neste domínio também possa servir à classe operária e ao povo português.

A unidade das forças democráticas, como disse Calderon, é uma questão de grande importância. Essa unidade abarca a classe operária e o movimento popular.

Devéis defendê-la com firmeza, pois é uma garantia dos vossos êxitos.

Queremos desejar-vos novos sucessos na vossa luta, porque esses sucessos são um grande contributo à luta dos povos.

Não apoiamos nem fomentamos campanhas anticatólicas

A reacção manobra em vários campos. Não a vejamos apenas na campanha de calúnias contra o PCP e outras forças democráticas. São igualmente conhecidas as acções concertadas de sabotagem económica. Um representante de uma empresa multinacional encerrou a fábrica, escondeu as mercadorias e levou consigo peças das máquinas para que não houvesse qualquer possibilidade de recomeço do seu labor normal.

Conhecem-se outros actos, igualmente significativos, da acção de asfixia económica da parte dos monopólios e do imperialismo estrangeiro.

Mas não se queda aqui o trabalho da conspiração reaccionária. Esta utiliza ainda outros meios de acção. Serve-se da fé católica para se meiar o desassossego e a divisão. Para lançar sectores populares contra as forças democráticas e em particular contra o Partido Comunista.

Nas igrejas do Porto, mãos de reaccionários escreveram: «Morte aos católicos», com a sigla do PCP.

A direcção da Organização Regional do Norte do PCP fez publicar uma nota na imprensa, desmascarando a acção provocatória: Creemos não ser necessário repudiar que tais actos possam ter sido executados por militantes do PCP, de tal modo são opostos à sua orientação invariável relativamente aos católicos ou ao respeito pelas convicções religiosas de cada um.

Um facto digno de consideração é que o acto provocatório se registou no dia seguinte à grande jornada de regozijo e apoio à declaração do Presidente da República sobre o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à independência.

Outros actos demonstrativos da actividade das forças reaccionárias

Em Trás-os-Montes, na aldeia de S. Vicente, perto de Chaves, os jovens das brigadas de alfabetização sentiram-se envolvidos por um ambiente de hostilidade declarada e de ameaças concretas.

Na porta da escola foi colado um papel:

Depois da vossa chegada à nossa freguesia muito se falou. Depois da reunião da noite nós ficamos a saber a que partido vós pertencéis, pois afirmaram que não tínhamos qualquer partido. Isso será verdade? Por isso pedimos a vocês que retirem o mais depressa possível da nossa freguesia, o máximo a tardar até domingo às oito horas da manhã. Se isso não acontecer podemos recorrer, nós, malta de S. Vicente, a atitudes incorrectas.

Quem fomentou e manejou a colera da gente da aldeia perdida nos confins de Trás-os-Montes, onde o analfabetismo domina?

Uma tal «Comissão Católica para a Defesa da Fé» estaria por detrás desta orquestração reaccionária. O próprio pároco falou na missa nos «lobos vestidos de cordeiros» que tinham chegado à aldeia de S. Vicente.

Numa localidade da Beira uma jovem de 19 anos foi agredida por estar a ler um documento da UEC. O facto provocou vivos protestos da população, que neste caso reagiu contra a prepotência do elemento reaccionário local, autor da preceza.

A posição dos comunistas em relação aos católicos não dá lugar a confusões

Os factos que narramos não são acidentais. Fazem parte de uma acção geral concertada pelas forças reaccionárias. A manobra não é de hoje. Serviu à campanha anticomunista do fascismo que sempre procurou utilizar a religião católica como veículo da sua propaganda contra o PCP. Desmascarámos várias vezes os intentos daqueles que fora da Igreja ou den-

tro dela tentaram caluniar os comunistas para os transformarem em alvo da hostilidade dos católicos. E várias vezes também precisámos a nossa posição em relação aos homens e mulheres que creem em Deus, sejam católicos, protestantes ou ortodoxos.

Num folheto editado em 1946, intitulado «O Partido Comunista, os católicos e a Igreja», escreveu-se:

Muitas vezes o Partido Comunista Português tem definido a sua posição em relação ao problema religioso, aos católicos e à Igreja. O Partido Comunista tem afirmado e reafirmado os seus princípios de respeito pela liberdade de crença e de prática de culto e o propósito de fazer tudo quanto estiver ao seu alcance para que tais princípios sejam uma realidade no Portugal democrático de amanhã. O Partido Comunista, ainda que tendo como base teórica o materialismo dialéctico, entende que as convicções religiosas, por si só, não são susceptíveis de afastar os homens na reali-

zação de um programa social e político, e que, desta forma, comunistas e católicos podem e devem unir-se em defesa dos seus anseios comuns: em defesa dos interesses e aspirações dos deserdados e oprimidos, do povo e do País. O Partido Comunista tem assim proclamado a sua vontade de união com os católicos e, na prática da sua actividade, tem demonstrado a sinceridade das suas afirmações.

O Partido Comunista aplicou esta linha de acção durante a noite fascista. Encontrou-se lado a lado com os católicos na batalha comum pela Democracia. Forjou com eles e com outras forças democráticas uma sólida aliança que se mantém e se reforça. Não fomentamos nem apoiamos campanhas anticatólicas ou anti-religiosas.

Mas não consentimos também que as forças reaccionárias no seio da Igreja ou fora dela, utilizem os sentimentos religiosos para as campanhas do anticomunismo e da luta aberta contra o processo democrático que se desenvolve no nosso país.

Amizade, paz, cooperação

Associação Portugal-RDA

«O nazismo legou-nos uma herança caótica e terrível. Mas o mais difícil ainda foi a eliminação do caos espiritual que existia nas cabeças do povo alemão. Podemos dizer que, de início, a tarefa mais importante foi a de unir todas as forças populares, democráticas e antifascistas. Com o trabalho assíduo, diário e permanente do povo trabalhador, a vitória foi possível e hoje podemos dizer que eliminámos a herança nefasta que herdámos. Sentimo-nos orgulhosos.»

Algumas palavras do camarada Werner Manneberg, presidente da delegação da República Democrática Alemã que participou na conferência de imprensa em que foi anunciada a constituição do nosso País da Associação de Amizade Portugal-RDA, bem como a de idêntica associação na República Democrática. Algumas palavras que são um exemplo claro das possibilidades de intercâmbio de experiências e conhecimentos que hoje se abrem aos trabalhadores portugueses.

A constituição das associações de amizade com os países socialistas constitui um precioso complemento da abertura diplomática da jovem democracia portuguesa a todos os países de que o fascismo pretendeu afastar o povo português.

Na verdade, a repressão e a censura fascista, aliadas à propaganda, esforçaram-se durante quase meio século por cortar aos portugueses o conhecimento de experiências políticas e sociais de outros países, dando deles uma imagem falseada e deturpada que não conseguiu, contudo, destruir o fraternal carinho e interesse com que os portugueses seguem as vitórias da construção do socialismo e da execução de uma política de paz e cooperação.

Para além das grandes perspectivas que as relações diplomáticas agora encetadas abrem à política e economia portuguesas, é-nos hoje possível conhecer em pormenor os aspectos sociais e culturais de países que tomaram o futuro nas suas mãos e para os problemas dos povos descobrimos e aplicamos soluções que é necessário conhecer e estudar.

É importante recordar que para a censura fascista uma simples notícia sobre o casamento de um astronauta soviético era «perigosa» — logo, cortada! A realização de um festival artístico numa cidade de um país socialista era «subversiva» — logo, cortada!

No fundo, o que se pretendia com esta cortina de si-

lêncio com este tema? Criar a ideia de que nos países socialistas não se vive, homens e mulheres, mas não faziam do que lançaram os «horrores» que a propaganda fascista proclamava serem o pão nosso de cada dia dos povos polaco, húngaro, soviético, etc. Tal isolamento tal forçada ignorância eram um complemento necessário dessa propaganda, um esforço para destruir o interesse e a solidariedade com povos que encetaram novas experiências de construção do futuro.

As associações agora criadas serão assim ferramentas preciosas para recuperarmos o tempo perdido na criação de laços de amizade e entendimento que completam o sustento às relações diplomáticas ao nível de estados. A estas associações cabe a tarefa fundamental de levar o Portugal democrático, a vida e luta do povo português ao conhecimento de outros povos e trazer até nós as realidades dos países socialistas, abrir caminho para que os portugueses tenham acesso às grandes vitórias por eles obtidas nos campos científico, cultural e artístico.

A conferência de imprensa em que se anunciou a criação da Associação de Amizade Portugal-RDA realizou-se no dia 14, na sede da Associação Portuguesa de Escritores e a ela assistiram, além de uma delegação da RDA, representantes da Liga para o Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas: Fernando Lopes Graça (no impedimento do presidente da Liga, prof. Henrique de Barros), Alexandre Babo, Fernando Namora e José Palla e Carmo. Foi comunicado aos jornais um extenso programa de iniciativas — algumas já em curso — que incluem visitas a Portugal de figuras conhecidas dos meios literários e artísticos da República Democrática Alemã, a vinda a Portugal de agrupamentos artísticos e a cedência de obras cinematográficas e de TV da obra produzida na RDA.

Os camaradas alemães referiram também os seus projectos relativamente à divulgação junto do povo alemão da realidade do Portugal democrático, tendo declarado Harald Hauser, um dos membros da delegação, escritor e membro do Conselho da Paz da RDA, que «Portugal ainda não é muito conhecido no meu país. Vamos divulgar a literatura, especialmente a poesia, e eu próprio vou apresentar na Rádio e na TV uma série de programas com as minhas impressões sobre Portugal colhidas nesta visita».

NOVA ESCALADA DA REPRESSÃO: 14600 PRISÕES EM 3 SEMANAS

Segundo informações provenientes da Argentina e citadas pela agência noticiosa ADN, prossegue a escalada do terror no Chile. A própria agência chilena ORBE, controlada pela Junta Militar, anuncia que somente nos dias 8 e 9 de Agosto foram presas 1688 pessoas, o que eleva já a 14600 o número de pessoas presas desde o desencadeamento da nova vaga repressiva há três semanas.

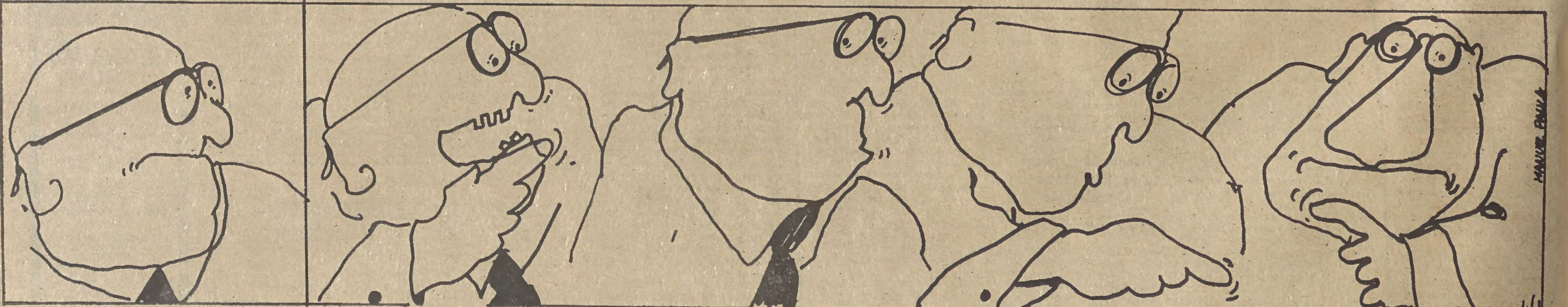
Na província de Atacama, no norte do Chile, foram presos numerosos dirigentes sindicais, entre eles, Joel Benavides. O senador Jorge Montes Moraga, membro do CC do Partido Comunista do Chile, teria sido levado pela Junta Militar para local desconhecido. Jorge Montes foi preso juntamente com a esposa por agentes da «Dirección de Inteligencia Nacional» (DINA).

Aplicar as «mais drásticas medidas» anunciadas pelo chefe da Junta — Pinochet — contra todos os membros e partidários da Unidade Popular, os órgãos repressivos da Junta não hesitam em prender e interrogar alunos das escolas, estudantes e outros jovens. Na capital foram presos seis estudantes da Escola Superior de Música acusados de distribuírem tarjetas contra a Junta. Em Santiago, estudantes universitários foram levados à força à fiscalização militar onde foram submetidos a interrogatórios.

Mais do que nunca a solidariedade activa dos trabalhadores e do povo português aos patriotas chilenos não pode faltar e tem de se intensificar cada vez mais.

EDUARDO ROJAS — No desenvol-

histórias em fascinoras



EU, SIM, SOU UM TRABALHADOR! SÓ DE MANHÃ ASSINEI 525 CHEQUES!!